



**UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA**

**HENRIQUE PETER HEINZLE KÜHR**

**AS MEDIDAS DA UNIÃO EUROPEIA PARA O COMBATE À CRISE NA ZONA DO  
EURO**

Florianópolis

2013

**HENRIQUE PETER HEINZLE KÜHR**

**AS MEDIDAS DA UNIÃO EUROPEIA PARA O COMBATE À CRISE NA ZONA DO  
EURO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof.º Paulo Roberto Ferreira, Me.

Florianópolis

2013

**HENRIQUE PETER HEINZLE KÜHR**

**AS MEDIDAS DA UNIÃO EUROPEIA PARA O COMBATE À CRISE NA ZONA DO  
EURO**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Relações Internacionais, da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Florianópolis, 18 de Novembro de 2013.

---

Prof.º e orientador: Paulo Roberto Ferreira, Me.  
Universidade do Sul de Santa Catarina

---

Prof.º José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade Guerra, Dr.  
Universidade do Sul de Santa Catarina

---

Prof.º Rogério Santos da Costa, Dr.  
Universidade do Sul de Santa Catarina

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, quero agradecer o apoio e incentivo proporcionados pela minha família, sem os quais a execução da presente pesquisa e a própria caminhada pela graduação teriam sido impossíveis. Em seguida, agradeço à minha namorada por constantemente ter me direcionado palavras de encorajamento e nunca ter deixado de acreditar em mim, além de sempre oferecer novas perspectivas e compartilhar sua experiência acadêmica.

Não menos importantes foram as opiniões e sugestões propostas pelos meus amigos durante esse período. Meus sinceros agradecimentos para Renan Leimontas, Tarcísio Crocomo, Alfredo Neto, Raul Barbosa e Lívia Roberge. Horas de conversas em bares, cafés, livrarias ou lugares aleatórios, além da internet, proporcionaram um grande número de informações que enriqueceram a elaboração desse trabalho.

Agradeço aos professores Paulo Ferreira, pelo tempo e dedicação disponibilizados para a orientação, Marcio Voigt, pelo auxílio nas fases iniciais do projeto, oferecendo opiniões fundamentais, e Baltazar Guerra, pela atenção e materiais disponibilizados.

"Cohesion is not simply a matter of throwing money at problems... It implies rather a willingness to act at Community level to redress the disparities between regions and between different groups". (DELORS, Jacques, 1988).

## RESUMO

Quais são as principais soluções e medidas propostas pela União Europeia para atenuar a atual crise econômica na Zona do Euro? Com o processo de integração em andamento há mais de meio século, sua consolidação permitiu a elaboração de políticas convergentes nos âmbitos social econômico e monetário, institucionalizadas com formação da União Europeia e posteriormente aprimoradas pela União Econômica e Monetária, tendo seu ponto de maior destaque na adoção do euro como moeda única, o que ocorreu plenamente no ano de 2002. Entretanto, após menos de uma década, os esforços de aproximação da eurozona foram colocados à prova por uma repentina crise financeira, de grandes proporções e que ainda não foi superada. Atualmente existem projetos colocados em prática pelos organismos europeus com o intuito de contornar a situação de crise, estimular o desenvolvimento da economia e impulsionar a sustentabilidade. Essas iniciativas encorajam a manutenção das instituições e buscam viabilizar a continuidade do processo de integração europeu.

Palavras-chave: Integração Regional. União Europeia. Crise Financeira.

## **ABSTRACT**

What are the key solutions and measures proposed by the European Union to mitigate the current economic crisis in the Eurozone? With the integration process underway for more than half a century, its consolidation allowed the development of convergent policies in the social and economic facilities, institutionalized by the formation of the European Union and further refined by the Economic and Monetary Union, having its point of greatest prominence in adoption of the euro as a single currency, which was fully functional in 2002 . However, after less than a decade, efforts to approximate the eurozone have been tested by a sudden financial crisis of major proportions that have not yet been overcome. Currently there are projects put in place by the European bodies in order to overcome the crisis, stimulate economic development and promote sustainability. These initiatives encourage the maintenance of institutions and seek to provide continuity of the European integration process.

Keywords: Regional Integration. European Union. Financial Crisis.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
1.1 EXPOSIÇÃO DO TEMA DO PROBLEMA .....	9
1.2 OBJETIVOS .....	10
<b>1.2.1 Objetivo geral</b> .....	<b>11</b>
<b>1.2.2 Objetivos específicos</b> .....	<b>11</b>
1.3 JUSTIFICATIVA .....	11
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	12
1.5 ESTRUTURA DA PESQUISA .....	13
<b>2. INTEGRAÇÃO EUROPEIA: CAMINHO PARA A ZONA DO EURO</b> .....	<b>15</b>
2.1 A EUROPA ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX.....	15
2.2 ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO NA EUROPA .....	17
<b>2.2.1 Da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço à União Europeia</b> .....	<b>18</b>
2.3 A CRIAÇÃO DA UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA .....	20
<b>2.3.1 Aspectos teóricos políticos</b> .....	<b>22</b>
<b>2.3.2 Aspectos teóricos econômicos</b> .....	<b>23</b>
<b>2.3.3 Especificidades do caso europeu</b> .....	<b>24</b>
<b>2.3.4 Etapas de convergência da UEM</b> .....	<b>26</b>
<b>2.3.5 Formato institucional</b> .....	<b>27</b>
<b>2.3.6 Críticas à UEM</b> .....	<b>29</b>
2.4 O EURO.....	31
<b>3. A CRISE FINANCEIRA GLOBAL</b> .....	<b>33</b>
3.1 GLOBALIZAÇÃO E CAPITALISMO .....	33
<b>3.1.1 Contradições e crises do capitalismo</b> .....	<b>35</b>
<b>3.1.2 Endividamento, confiança e a relação entre os Estados e o sistema financeiro</b> .....	<b>37</b>
3.3 CRISE DE 2007-2008 NOS ESTADOS UNIDOS .....	39
<b>3.3.1 Causas da crise, assimetria de informações e o efeito cascata</b> .....	<b>41</b>
3.4 CRISE NA ZONA DO EURO.....	43
<b>3.4.1 As diferenças dentro da Zona do Euro</b> .....	<b>49</b>



<b>3.4.2 O euro e a crise hoje.....</b>	<b>51</b>
<b>4. MEDIDAS DE COMBATE À CRISE DA ZONA DO EURO .....</b>	<b>54</b>
4.1 PROGRAMAS TEMPORÁRIOS DE ESTABILIZAÇÃO .....	54
<b>4.1.1 Fundo Europeu de Estabilização Financeira – FEEF .....</b>	<b>55</b>
<b>4.1.2 Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira – MEEF .....</b>	<b>57</b>
4.2 PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO PERMANENTE: O MECANISMO EUROPEU DE ESTABILIDADE - MEE .....	59
4.3 POLÍTICAS REGIONAIS E DE COESÃO.....	63
<b>4.3.1 A estratégia Europa 2020 .....</b>	<b>64</b>
4.3.1.1 Europa 2020 e os esforços para superar a crise financeira .....	65
<b>4.3.2 Financiamento de políticas regionais e de coesão: Os Fundos Estruturais e de Coesão .....</b>	<b>66</b>
4.3.2.1 O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – FEDER: 2014-2020 .....	67
4.3.2.2 O Fundo Social Europeu – FSE: 2014-2020.....	68
4.3.2.3 O Fundo de Coesão: 2014-2020 .....	70
4.4 PERSPECTIVAS PARA A ZONA DO EURO .....	72
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>73</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>78</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A presente monografia irá tratar dos aspectos que concernem à reação da União Europeia à crise financeira que é parte da realidade do continente desde o final da década de 2000. Para isso, serão abordadas questões fundamentais da consolidação do projeto de integração europeu, bem como o transbordamento da crise, inicialmente restrita ao território estadunidense, mas levado ao restante do mundo pela grande interdependência financeira, relativa ao processo de globalização. A partir dessas análises serão tratadas algumas das medidas de combate à crise praticadas no continente europeu bem como suas principais características.

### 1.1 EXPOSIÇÃO DO TEMA DO PROBLEMA

O desenvolvimento de processos de integração e as suas implicações são parte constante do estudo das Relações Internacionais. A União Europeia, em especial, é reconhecida graças a sua importância para os estudos de integração sócio-política e econômica. A Organização possui projeção de tamanha magnitude que frequentemente é mencionada como um exemplo a ser seguido, um objetivo a ser alcançado. Justamente pela extensão dessa influência é que o assunto passou a fazer parte dos periódicos e ganhou espaço em diversas outras mídias, possibilitando o acompanhamento de vários aspectos de seu desenvolvimento até mesmo para aqueles que não são estudantes da área ou sequer têm nela os seus interesses profissionais.

Para que a instituição pudesse se desenvolver até o estágio atual, é preciso reconhecer os esforços empreendidos por aqueles que a idealizaram, sendo notável o zelo necessário para relacionar interesses mútuos entre Estados que, em muitos casos, têm um passado marcado por diversos conflitos e diferenças, com as duas Guerras Mundiais sendo os maiores exemplos. Em meados da década de 1940 parecia impossível que, num futuro não muito distante, França e Alemanha fariam parte de um projeto conjunto com o objetivo de facilitar as relações regionais, transferindo parte de suas soberanias estatais para uma entidade de natureza jurídica independente.

Como destaca Silva (2013), foi Jean Monnet, exercendo seu pacifismo de influência *kantiana*, que propôs a cessão pelos Estados do controle de recursos energéticos essenciais para o desenvolvimento da indústria bélica: carvão e aço. Desse modo, a tutela das grandes fontes euro-

continentais desses recursos passou para uma Organização Internacional, denominada Comunidade Europeia do Carvão e do Aço.

Com o passar do tempo, os acordos de cooperação extrapolaram os limites das áreas estratégicas para a guerra, e passaram a comportar diversas frentes e interesses, capturando a atenção de uma série de outras nações. Hoje, fazem parte do bloco 28 Estados, integrados em maior ou menor escala, sendo que a maioria destes compartilha uma única moeda.

Embora nem todas as grandes forças da região tenham demonstrado interesse em aderir ao bloco em todos os seus aspectos, com o Reino Unido sendo o mais notável dos exemplos, ao optar pelo não acolhimento ao euro, é possível reconhecer o sucesso conquistado em várias esferas do jogo político regional e global, com o grande aumento de relações econômicas e a vertiginosa decadência de agressões.

Uma vez reconhecidas as conquistas da União Europeia, há o processo de crise financeira, que vem assolando os países-membros nos últimos anos. Suas consequências envolvem severos índices de desemprego, altas dívidas, baixo crescimento, ressurgência de nacionalismos e xenofobia, que nada contribuem para a manutenção do bloco.

Embora as causas da crise sejam motivos de divergência, com a culpa ora sendo direcionada aos Estados, ora ao mercado, e ainda ora ao próprio processo de integração, a parte relevante à presente monografia são as medidas de combate propostas e praticadas, em detrimento da busca por responsáveis ou realização de prognósticos.

Desse modo, ao analisar o material encontrado sobre a situação recente da União Europeia, com ênfase na conjuntura da crise e as iniciativas de enfrentamento, a definição da presente pesquisa pode ser resumida na seguinte questão: Quais são as principais soluções e medidas propostas pela União Europeia para atenuar a atual crise econômica na Zona do Euro?

## 1.2 OBJETIVOS

Considerando os aspectos propostos, a seguir serão apresentados os objetivos do presente trabalho.

### 1.2.1 Objetivo geral

Analisar as principais soluções e medidas propostas pela União Europeia para atenuar a atual crise econômica da Zona do Euro.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- Descrever historicamente o processo de concretização da Zona do Euro;
- Compreender os principais elementos motivadores da atual crise da Zona do Euro;
- Estudar as principais ações da União Europeia para combater a crise da Zona do Euro.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

As principais motivações para o desenvolvimento do presente trabalho surgiram como uma resposta imediata ao aumento da relevância da União Europeia nas últimas décadas, bem como um reflexo das leituras e do conhecimento acumulado pelo autor que, ao reconhecer a extensão do objeto de estudo como um dos mais proeminentes atores das Relações Internacionais contemporâneas, se sentiu motivado a estudar as suas especificidades.

Como citaram Jackson e Sørensen (2007), a cooperação entre os países do bloco teve o efeito de proporcionar certos direitos semelhantes para os seus cidadãos em quaisquer países que a ele pertencem, como emprego e moradia. É de grande importância destacar o caráter inovador no que diz respeito a certos indivíduos serem cidadãos não apenas de seus respectivos países de origem, mas também de uma comunidade, a qual tem por objetivo a integração cada vez mais abrangente desses mesmos indivíduos e suas nações.

A crise que tem sido observada nos últimos anos parece trazer consigo um efeito questionador direcionado às políticas adotadas pelo grupo de países que compõem a União Europeia, bem como o nível de comprometimento destinado ao processo de integração como um todo, o que pode ser testemunhado por intermédio dos veículos de imprensa.

O trabalho de conclusão de curso que se segue é uma tentativa de analisar as iniciativas europeias para contornar os problemas causados pela crise, sobretudo as propostas de cunho comunitário, condensando as informações encontradas de modo a favorecer os estudos brasileiros

sobre a situação europeia e as Relações Internacionais, um campo que poderá ser explorado em larga escala nos próximos anos.

#### 1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Pesquisa, segundo Gil (2008), pode ser definida como o desenvolvimento do conhecimento científico de modo formalizado e sistemático, tendo por objetivo primário o progresso científico, independentemente de sua aplicação prática e imediata.

A presente pesquisa pode ser enquadrada em diferentes métodos, ou procedimentos metodológicos, levando em consideração o grande número de nomenclaturas e a infindável gama de pressupostos disponíveis às partes interessadas.

Ao considerar a natureza do trabalho, é possível concluir que se trata de uma pesquisa básica, possuindo um fim em si mesma, ou ainda, como consideram Castilho, Borges e Pereira (2011), é majoritariamente intelectual e impulsionada pelo desejo de conhecimento, sem aplicação imediata no desenvolvimento prático.

A abordagem do problema será conduzida de modo qualitativo, não havendo procura de grandes amostras ou levantamentos estatísticos para seu embasamento, mas, como mencionam Marconi e Lakatos (2008), tratando da interpretação aprofundada de aspectos relativos a complexidade do ser humano e seu comportamento em forma de sociedade. A quantidade deixa de ser o aspecto dominante para dar lugar ao destrinchar das amostras disponíveis, extraindo a maior quantidade possível de informação relevante.

Os objetivos serão considerados à luz do empenho exploratório, que pode ser definido da seguinte maneira:

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas. (GIL, 2008, p. 27).

Ou como descreve Severino (2007), a pesquisa exploratória procura elencar informações sobre um objeto específico, e toda a variedade de manifestações possíveis relacionadas a esse objeto.

Ao observar o método empregado, não há dúvidas de que uma análise da história da União Europeia se faz necessária, portanto o método histórico terá significativo papel no desenvolvimento da pesquisa, e pode ser considerado segundo a seguinte premissa:

Partindo do princípio de que as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado, é importante pesquisar suas raízes, para compreender sua natureza e função. Assim, o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar sua influência na sociedade de hoje [...] (MARCONI; LAKATOS, 2008, p. 91).

Considerando os processos de continuidade e ruptura, que são intrínsecos às sociedades, bem como as suas especificidades culturais, é possível analisar de modo mais abrangente a transformação pelas quais os seres humanos e suas instituições passaram, durante o período e de acordo com o objeto estudado.

Em seguida, há dois procedimentos a serem empregados e que dizem respeito a busca por materiais e seu envolvimento na pesquisa, bem como a natureza desses materiais. O primeiro deles é a documentação que é, conforme as palavras de Severino (2007), todos os dados e informações que são registrados e sistematizados, a fim de serem disponibilizados para pesquisa. O segundo deles é a pesquisa bibliográfica, que segundo as visões de Cervo e Bervian (1996), pode ser sintetizada na tentativa de explicar uma questão tomando por base todos os documentos que já foram publicados sobre essa questão específica. A distinção entre documentação e pesquisa bibliográfica pode passar despercebida a um primeiro olhar, e para que não haja dúvidas entre os procedimentos Gil (2008) escreve que pode se considerar a pesquisa bibliográfica como uma derivação da pesquisa documental, que se utiliza apenas de materiais destinados à leitura.

## 1.5 ESTRUTURA DA PESQUISA

O primeiro capítulo será iniciado com uma síntese da situação europeia entre os séculos XIX e XX, e em seguida serão explicados conceitos de Organizações Internacionais e integração, enfatizando as especificidades do caso europeu. Será então abordada a criação da

União Econômica e Monetária, com suas vantagens e desvantagens, e, por fim, será tratada a criação da moeda única.

No segundo capítulo serão tratados os temas de globalização e capitalismo, essenciais para a compreensão de como a crise se alastrou dos Estados Unidos para o restante do mundo. Em seguida serão evidenciadas as principais causas e características da chamada crise do *subprime*. Por fim o assunto será focado na própria crise da Zona do Euro, trazendo dados e análises sobre seu respeito.

O terceiro capítulo irá abordar os programas temporários de estabilização, voltados à necessidade mais imediata de suplantar a crise financeira. Em seguida será apresentado o mecanismo permanente para estabilização, voltado a promoção e manutenção do equilíbrio e confiança financeiros dentro da União. Ao fim serão colocados as propostas de política regional e de coesão, bem como os fundos que às sustentam.

## 2. INTEGRAÇÃO EUROPEIA: CAMINHO PARA A ZONA DO EURO

O capítulo que se segue tem por objetivo descrever historicamente o processo de concretização da Zona do Euro, possibilitando, desse modo, uma maior compreensão da convergência entre as políticas econômicas e financeiras dos países que a ela pertencem.

Sua importância para a presente pesquisa é justificada pela necessidade de entendimento dos principais fatores que motivaram a aproximação desses Estados soberanos até a instituição de um organismo supranacional, oferecendo ao leitor as informações necessárias para melhor assimilar os elementos de origem da crise, que serão tratados no capítulo seguinte.

O estudo será iniciado com uma síntese da situação europeia entre os séculos XIX e XX, e em seguida serão explicados conceitos de Organizações Internacionais e integração, enfatizando as especificidades do caso europeu. Será então abordada a criação da União Econômica e Monetária, com suas vantagens e desvantagens, e, por fim, será tratada a criação da moeda única.

### 2.1 A EUROPA ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX

Ao considerar o *status quo* da Europa no século XXI, é de suma importância que se tenha uma noção, mesmo que de superfície, dos processos e acontecimentos que contribuíram com maior significância para que esse ambiente e sua sociedade tomassem a forma atual. Não é por acaso que os países europeus decidiram se juntar e criar um bloco político e econômico, assim como também não é por acaso que isso tenha ocorrido no decorrer do século XX, muito embora essa não tenha sido a primeira vez que uma proposta visando, por exemplo, a moeda única, tenha surgido na região em questão.

A Europa foi palco de uma infinidade de conflitos no decorrer da história, e, embora hoje a situação pareça estar sob controle, é impossível afirmar que sentimentos de rivalidade tenham sido definitivamente superados pela convivência pacífica, liberalização do comércio e uma melhora na qualidade de vida.

Raymond Aron (2002), defende a premissa de que a guerra não se limita ao tempo ou às civilizações, pois os homens sempre mataram, tanto sistematicamente quanto em eventos desconexos. A Europa não teve destino diferente, até o período de paz que se desenvolveu no



decorrer do século XIX, após as Guerras Napoleônicas, quando se passaram 40 anos sem a ocorrência de um conflito armado entre as grandes potências regionais.

Esse cenário único na história do continente foi interrompido pela Guerra da Criméia, em 1854, mas logo em seguida novamente se estabeleceu um período de paz, quando nenhuma guerra de larga escala foi registrada por 60 anos. (KISSINGER, 2012). Sobre a situação observada na região, até o ano de 1914, nos é oferecida a seguinte explicação:

[...] a paz era o quadro normal e esperado das vidas europeias. Desde 1815, não houvera nenhuma guerra envolvendo as potências europeias. [...] As grandes potências escolhiam suas vítimas no mundo fraco e não europeu, [...] A possibilidade de uma guerra generalizada na Europa fora, é claro, prevista, e preocupava não apenas os governos e as administrações, como também um público mais amplo. A partir do início da década de 1870, a ficção e a futurologia produziram, sobretudo na Grã-Bretanha e na França, *sketches*, geralmente não realistas, sobre uma futura guerra. (HOBSBAWM, 2011, p. 464-465).

Veio então o século XX, e com ele uma série de transformações político-sociais ao Velho Continente, que enfrentou, em um pequeno intervalo, dois dos mais sangrentos conflitos já testemunhados pela humanidade. As duas Guerras Mundiais acabaram com a credibilidade daqueles que imaginavam uma continuidade para a vida pacífica na região, e jogou o conjunto de potências que costumavam ditar as regras da política internacional para uma espécie de segundo escalão, sendo gradualmente substituídos em proeminência pelos Estados Unidos e pela União Soviética, no arranjo de Estados que ficou conhecido como mundo bipolar, durante o período de Guerra Fria. (OVERTVELDT, 2012).

Percebendo que, individualmente, a relevância de sua capacidade de influência já não era a mesma, e a rivalidade entre os países europeus estava condenando a uma posição de coadjuvantes, os líderes nacionais passaram a se empenhar em ações que visavam a dissuasão dos querelas entre os maiores expoentes da força europeia continental: Alemanha e França. Impulsionados pela política estadunidense de incentivo à reconstrução do continente europeu, que ficou conhecida como Plano Marshall, que exigia consultas recíprocas entre os países para a utilização de recursos, antigas ideias de organização regional voltaram a ganhar força, em uma iniciativa de se evitar novos conflitos com tamanha margem de destruição, pois os europeus estavam cansados de conviver com o medo e o terror da guerra. (OVERTVELDT, 2012).

A crise de Suez, em 1956, serviu para corroborar as teses que defendiam a importância de ações convergentes entre as nações europeias, como se pode notar no seguinte excerto:

Durante a crise, os países europeus não tinham opção senão obedecer às instruções americanas. Pouco depois de os americanos forçarem os ingleses e os franceses a abandonarem seu ataque ao Canal de Suez, o primeiro chanceler da Alemanha Ocidental, Konrad Adenauer, afirmou a Christian Pineau, ministro das relações exteriores da França: “A França e a Inglaterra jamais serão potências comparáveis aos Estados Unidos e à União Soviética. Nem a Alemanha. Resta-lhes apenas um meio de desempenhar papel decisivo no mundo: unir-se para fazer a Europa.” (OVERTVELDT, 2012, p. 18-19).

Desse modo, os esforços para a convergência das políticas estatais europeias passaram a ser tratados como uma maneira de recuperar a outrora inquestionável proeminência do continente no cenário internacional.

## 2.2 ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO NA EUROPA

Para que se possa conceber as Organizações Internacionais, é necessário que se observem as suas características básicas:

[...] associações voluntárias de Estados estabelecidas por acordo internacional, dotadas de órgãos permanentes, próprios e independentes, encarregadas de gerir interesses coletivos e capazes de expressar uma vontade juridicamente distinta da de seus membros. (DIEZ DE VELASCO, 2010, p.43, tradução livre).

As Organizações Internacionais passaram a fazer parte do conjunto de atores das Relações Internacionais recentemente. A Liga das Nações, criada no pós-Primeira Guerra Mundial é considerada a primeira OI de caráter universal. Karine Silva (2013) a coloca como precursora nesse quesito, bem como na defesa da paz e segurança no âmbito internacional.

Como pôde ser observado, a Liga das Nações não vingou, pois falhou na missão de evitar que os animosidades entre os países europeus viessem a motivar um novo conflito. Entretanto, apesar de abalada, a ideia de criar uma instituição que pudesse englobar todos os representantes do sistema internacional em torno de objetivos pacíficos não foi abandonada, o que se concretizou pouco tempo depois, através da Organização das Nações Unidas, que existe oficialmente desde outubro de 1945.

Com o passar dos anos, outros moldes de Organizações começaram a figurar no cenário internacional, e para o presente estudo esse evento é de suma importância, sendo que a

integração das regiões entrou em evidência, objetivando, segundo Silva (2013), aumentar a cooperação nos mais diversos aspectos, dentre eles destacando-se o econômico e o político.

### **2.2.1 Da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço à União Europeia**

Criada na década de 1950, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), teve papel fundamental nos princípios de integração europeia. O francês Jean Monnet, influenciado por premissas do filósofo alemão Immanuel Kant, propôs a criação de um modelo que tinha por objetivo a manutenção da paz e a contenção de represálias e desconfianças entre os Estados rivais Alemanha e França, que desempenharam papéis fundamentais nos dois conflitos que há pouco tempo haviam sido superados. (SILVA, 2013).

Ao retirar dos Estados o controle sobre as matérias primas essenciais para a movimentação das máquinas de guerra (carvão e aço), criou-se uma situação em que o diálogo se fazia possível, e até mesmo imprescindível, considerando que o continente havia sofrido substanciais perdas no decorrer das últimas décadas de militarismo, e a supranacionalidade era a maneira mais interessante de planejar a reconstrução em larga escala que se fazia necessária.

Além de constituir os alicerces para uma convivência pacífica, outros objetivos destacados por José Luis Oreiro (2012) incluem a retomada do papel central da Europa dentro do cenário político mundial, bem como o bloqueio de interferências comunistas, que eram perceptíveis graças à proximidade da União Soviética naquele momento.

Por intermédio da sedição de parte das suas soberanias, os Estados concordaram na criação de um mecanismo supranacional. Uma análise do conceito de soberania se faz necessária, para que haja entendimento das dimensões daquilo que os Estados abrem mão ao partir para a supranacionalidade.

A partir da modernidade, a soberania tem envolvido o poder e autoridade do Estado dentro de uma hierarquia política e no âmbito territorial, com atributos de arbitragem para decisão e resolução de conflitos, com sentido definitivo, com supremacia sobre o grupos internos e independente de poderes externos. (KAPLAN, 1994, p. 225, tradução livre).<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> A partir de la modernidad, la soberanía ha implicado el poder y autoridad del Estado dentro de una jerarquía política y en un ámbito territorial, con atributos de arbitraje para la toma de decisiones y el arreglo de conflictos con sentido definitivo, con supremacía respecto a los grupos internos y con independencia de poderes externos.

Ao deixar de reter a totalidade de suas soberanias em prol de uma instituição, os Estados passam a depender uns dos outros para que seus interesses tenham relevância dentro da comunidade, num claro processo de interdependência. Ainda existem divergências quanto ao resultado da integração no longo prazo, mas para efeitos atuais tem-se que essa técnica de cooperação traz resultados gratificantes, como se pode observar nas seguintes palavras:

Curiosamente, ao delegarem a órgãos supranacionais competências inerentes à soberania, os Estados acabam se fortalecendo na ordem internacional, nela se inserindo também por meio desses blocos regionais aos quais “delegam poderes”. [...] o que leva alguns a admitirem que o fortalecimento do papel do Estado na ordem internacional pode passar pela formação de blocos regionais [...]. (FURLAN, 2010, p. 95-96).

Desde os primórdios do processo de integração, foi discutido com veemência a importância dos critérios que pautariam essa comunidade de Estados. Cada representante com suas próprias considerações a respeito das maiores necessidades do continente, bem como suas próprias soluções para os problemas do presente e do futuro. Mesmo nesse âmbito a rivalidade entre Alemanha e França continuava tendo papel de destaque, pois os países divergiam constantemente quanto ao melhor caminho para a Europa unida. (ASH, 2012).

Os aspectos políticos e econômicos do projeto eram a fonte de intermináveis discussões, principalmente sobre qual deles teria a prioridade no decorrer do desenvolvimento da instituição. Em suma, não havia uma movimentação que objetivasse o bem estar da comunidade, e sim a garantia de seus próprios interesses. (OVERTVELDT, 2012).

Quando foi assinado o tratado constitutivo da Organização, o Tratado de Maastricht<sup>2</sup>, em 1992, a situação do mundo havia passado por modificações. A Guerra Fria estava encerrada, já não havia mais União Soviética, e a Alemanha voltara a se unificar. Mesmo com a assinatura do tratado, diversos percalços minaram a tranquilidade da União Europeia, com os países constantemente argumentando contra as disposições legais, consideradas confusas e ineficientes.

É importante considerar que a União Europeia não é uma completa inovação no sentido de esforços conjuntos para os povos do continente, assim como o euro não é a primeira tentativa

---

<sup>2</sup> O Tratado da União Europeia (TUE) [Tratado de Maastricht sobre a União Europeia] constituiu uma nova etapa na integração europeia, dado ter permitido o lançamento da integração política. Este Tratado criou uma União Europeia assente em três pilares: as Comunidades Europeias, a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e a cooperação policial e judiciária em matéria penal (JAI). Instituiu igualmente a cidadania europeia, reforçou os poderes do Parlamento Europeu e criou a União Económica e Monetária (UEM). Além disso, a CEE [Comunidade Económica Europeia] passou a constituir a Comunidade Europeia (CE). (EUROPA).

de acordo envolvendo união monetária em território Europeu. Uma análise que corrobora essa tese pode ser observada a seguir:

A ideia de unidade europeia não é nova. Os conflitos que trouxeram instabilidade, morte, e mudanças na balança de poder da Europa através dos séculos impeliu muitos a proporem unificação – ou ao menos o desenvolvimento de um sistema comum de governo – como um meio para alcançar a paz [...] tornou-se claro que apenas a cooperação poderia oferecer um caminho para a paz. (MCCORMICK, 2005, p. 50, tradução livre).<sup>3</sup>

Como destaca Silva (2013), os aspectos econômicos foram privilegiados, e ao iniciar o século XXI o Euro, moeda única do bloco, que passou a vigorar com o início do ano de 2002, possibilitava a maior perspectiva positiva para o futuro do projeto europeu, que nesse momento já contava com 15 integrantes, contornando as intermináveis divergências políticas.

A mesma autora destaca que após passar por uma série de reformas que culminaram no Tratado de Lisboa, em 2007, houve a necessidade de contornar situações adversas, como a rejeição em referendo popular, em diversos países da UE, como França, Holanda e Irlanda do Norte, das propostas da Constituição para a União Europeia. Por fim, o arcabouço institucional da Organização, formalizado pela ação do Parlamento Europeu nos moldes atuais, foi aprovado, e entrou à disposição dos Estados em 2009.

Digna de menção também é a adesão de novos membros, entre 2004 e 2007 foram 13 novas incorporações, além da Croácia em 2013, passando a apresentar a configuração conhecida atualmente, com 28 membros. (THE BRITISH BROADCAST CORPORATION, 2013).

### 2.3 A CRIAÇÃO DA UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA

De acordo com Overtveldt (2012), houve experimentos de unificação monetária no continente conhecido pelo nome de Europa desde a época da Grécia antiga, mesmo que com premissas muito distantes das trabalhadas atualmente.

Algumas tentativas que merecem ser mencionadas são a União Monetária Latina, elaborada da seguinte maneira:

---

<sup>3</sup> The idea of European unity is nothing new. The conflicts that brought instability, death, and changes to the balance of power in Europe over the centuries prompted many to propose unification – or at least the development of a common system of government – as a mean to the achievement of peace [...] it became clear that only cooperation could offer a path to peace.

França, Bélgica, Itália e Suíça concordaram em formar a União Monetária Latina (UML) à conclusão de uma conferência em 23 de dezembro 1865 para entrar em vigor em 1 de Agosto 1866. Reconhecendo o potencial de redução dos custos de transação e a maior transparência dos preços, o tratado confirmou a padronização dos tamanhos das moedas de ouro e prata para os membros da união, garantido a aceitação de moedas de cada membro em liquidação de pagamentos públicos e privados em todos os Estados-Membros [...]. (BAE; BAILEY, 2001, p.5, tradução livre).<sup>4</sup>

Bem como a União Monetária Escandinava, que segundo Krim Talia (2004), foi formada entre 1873 e 1875 entre Dinamarca, Noruega e Suécia. Ambos os projetos tiveram relativo sucesso, até que a Primeira Guerra Mundial acabou por causar a desestruturação e o subsequente esquecimento desses esforços.

A própria Alemanha é um exemplo de união monetária, pois ainda em princípios do século XIX seu território era dividido entre 39 Estados autônomos, cada qual com sua própria moeda. Como forma de estimular a integração política e o desenvolvimento foi criada uma união alfandegária – o Zollverein – que eliminou diversas barreiras tarifárias, além de estipular a circulação de duas moedas – Gulden e Thaler. (OVERTVELDT, 2012).

Overtveldt (2012), considera que tal iniciativa permitiu que uma década mais tarde o banco central da Prússia pudesse controlar os aspectos monetários da maior parte dos Estados germânicos, mantendo a coesão econômica e a estabilidade, o que mais tarde abriria caminho para a união política.

Ao trabalhar esse princípio em uma escala consideravelmente maior, foi concebido o Euro. Staab (2008) escreve que uma única divisa para a Europa, bem como a coordenação de políticas econômicas e monetárias podem ser considerados os aspectos mais ambiciosos da integração europeia.

---

<sup>4</sup> France, Belgium, Italy, and Switzerland agreed to form the Latin Monetary Union (LMU) at the conclusion of a conference on 23 December 1865 and to take effect on 1 August 1866. Recognizing the potential for lowered transactions costs and increased price transparency, the treaty confirmed standard sizes for gold and silver coins of union members, guaranteed the acceptability of each member's coins in settling public and private payments in all member states [...].

### 2.3.1 Aspectos teóricos políticos

Em uma perspectiva política, duas escolas tradicionalmente opositoras são as que oferecem melhores esclarecimentos para a formação de uma União Monetária. O neofuncionalismo alega que o fenômeno pode ser melhor interpretado à partir do transbordar de políticas de áreas menos problemáticas para áreas mais sensíveis, assim que surge necessidade para tanto. A colaboração contínua e cada vez mais convergente é tida como natural, e as instituições supranacionais tomam parte fundamental no processo de integração. (VERDUN, 2010).

Philippe Schmitter (2010), sobre a teoria neofuncionalista, escreve que chegado o momento em que os Estados admitem transferir parte de suas responsabilidades a um ator supranacional, tendo em vista um objetivo específico, acabam se dando conta de que essa atitude tem implicações sobre outras áreas até então tidas como independentes. Desse modo, os Estados continuam tendo sua importância, mas não possuem mais a exclusividade no direcionamento ou até mesmo na abrangência do processo.

Para melhor compreensão da abordagem, Thomas Gehring escreve:

As teorias funcionalista e neofuncionalista privilegiam o desenvolvimento progressivo de integração e, portanto, enfatizam o papel do efeito de "transbordamento". Eles enfatizam a importância da institucionalização inicial de cooperação limitada e esperam a sua posterior expansão. [...] (Neo-) funcionalismo também chama a atenção para a relevância dos atores sub-nacionais para este processo, sejam eles cidadãos ou grupos de interesse. Para Haas, a integração política foi imediatamente ligada à emergência de uma "nova comunidade política sobreposta sobre as pré-existent" e com base na mudança antecipada da lealdade das elites do nível nacional para a esfera supranacional. (GEHRING, 1996, p. 229, tradução livre).<sup>5</sup>

O intergovernamentalismo, por sua vez, presume que uma União Monetária pode ser melhor compreendida a partir do exame e do poder de barganha dos Estados mais poderosos. Desse modo, sua criação, no caso europeu, ocorreu como reflexo do grande interesse francês na contenção da capacidade hegemônica alemã. Por outro lado, a Alemanha pôde assegurar um

---

<sup>5</sup> Functionalist and neo-functionalist theories focus on the progressive development of integration and therefore emphasize the role of "spill over" effects. They emphasize the relevance of early institutionalization of limited cooperation and expect its later expansion. [...] (Neo-) functionalism also draws attention to the relevance of sub-national actors for this process, be they citizens or interest-groups. For Haas, political integration was immediately linked to the emergence of "a new political community superimposed over the pre-existing ones" and based on the anticipated shift of the loyalty of elites from the national to the supranational setting.

regime político-monetário muito próximo ao que era adotado dentro do seu próprio território. (VERDUN, 2010).

Sobre a perspectiva intergovernamentalista Donald Puchala acrescenta:

De sua parte, os intergovernamentalistas atribuem pouca influência aos agentes e instituições supranacionais, e alguns defendem a existência de pouca supranacionalidade genuína na União Europeia. Eles reconhecem, aceitam e acolhem a progressão histórica de união aduaneira para união política, e posteriormente para União Econômica e Monetária. [...] Mas eles enxergam o movimento de aproximação, e a escolha do momento para a cooperação internacional na Europa como resultado da convergência de interesses dos Estados (interesses econômicos em particular), oriundos das presentes pressões de políticas nacionais. (PUCHALA, 1999, p. 319, tradução livre).<sup>6</sup>

Certamente as fronteiras entre os métodos intergovernamental e neofuncionalista não são fixas e intransponíveis, como demonstram séries de políticas adotadas gradualmente com o intuito de amplificar o alcance das instituições europeias, sem no entanto tomar atitudes abruptas no sentido de minar as soberanias governamentais. (FABBRINI, 2009).

### 2.3.2 Aspectos teóricos econômicos

Andreas Staab (2008) sugere que os governos, de modo geral, possuem diversos instrumentos para gerir suas economias, como por exemplo as taxas de juros, depósitos compulsórios<sup>7</sup>, ou ainda a política fiscal. Esses dispositivos seriam utilizados de maneira a atingir quatro objetivos distintos: bons níveis de empregabilidade, crescimento, estabilidade de preços e equilíbrio na balança comercial.

Os bancos centrais conduzem a política monetária, muitas vezes com auxílio dos governos, especificando a taxa básica de juros e controlando a oferta de moeda disponível, bem como as condições de crédito. Em uma União Monetária, a formulação dessa política deixa de ser

---

<sup>6</sup> For their part, intergovernmentalists attribute little influence to supranational agents or institutions, and some detect little genuine supranationality in the European Union. They recognize, accept and welcome the historical progression from customs union to political union and toward Economic and Monetary Union. [...] But they see the movement toward, and the timing of, closer international co-operation in Europe as resulting from the converging national interests of states (economic interests in particular) emerging out of the currents and pressures of national politics.

<sup>7</sup> Os depósitos compulsórios são recolhimentos obrigatórios de recursos que as instituições financeiras fazem ao Banco Central. No passado foram considerados como instrumento de política monetária, mas paulatinamente passaram a ser vistos como instrumento de preservação da estabilidade financeira. (BANCO CENTRAL DO BRASIL).



responsabilidade dos Estados, passando a ser elaborada por um dispositivo supranacional, no caso da Europa, o Banco Central Europeu (BCE). (VERDUN, 2010).

A integração econômica não deve ser compreendida como um processo isolado, e sim como fruto de seu próprio contexto. Em uma situação cada vez mais voltada para a interdependência, a análise processual deve ponderar tanto perspectivas internas quanto externas. Diversas etapas de integração poderão ser visualizadas a seguir, cada qual com suas características. Dispostos em nível crescente de integração, cada estágio engloba totalmente as propriedades do anterior, e acrescenta novos atributos. (SILVA, 2013).

Área de Preferências Tarifárias: nível de integração raso, utilizado como forma de sonda para a possibilidade de maior aproximação.

Zona de Livre Comércio: caracterizada pela eliminação gradual e recíproca de barreiras alfandegárias e outras restrições à prática comercial. O objetivo é a definição de uma área de circulação de bens que seja livre de taxaço. O caráter individual da política externa é preservado.

União Aduaneira: Além de englobar os passos anteriores, passa a ser adotada uma tarifa externa comum para produtos advindos de nações não envolvidas no processo.

Mercado Comum: Aos estágios anteriores é adicionada a livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e mão de obra.

União Econômica: também recebendo ocasionalmente a alcunha de União Monetária, é evidenciada pela adição ao ciclo anterior de uma sistematização de políticas macroeconômicas a serem aplicadas conjuntamente, objetivando maior convergência.

União Econômica Total: ao atingir seu ponto ótimo, a integração compreende, além do supracitado, políticas financeiras, sociais e monetárias, administradas por instituições supranacionais, dotadas de órgãos coercitivos.

### **2.3.3 Especificidades do caso europeu**

De acordo com Amy Verdun (2010), a União Econômica e Monetária, (UEM), nos moldes da proposta adotada para a Europa, é um acordo entre países. Esse acordo, em resumo, propõe que exista apenas uma política monetária, uma autoridade monetária, e uma moeda para

todos os envolvidos, bem como a formulação conjunta de políticas macroeconômicas, ao que se pode acrescentar:

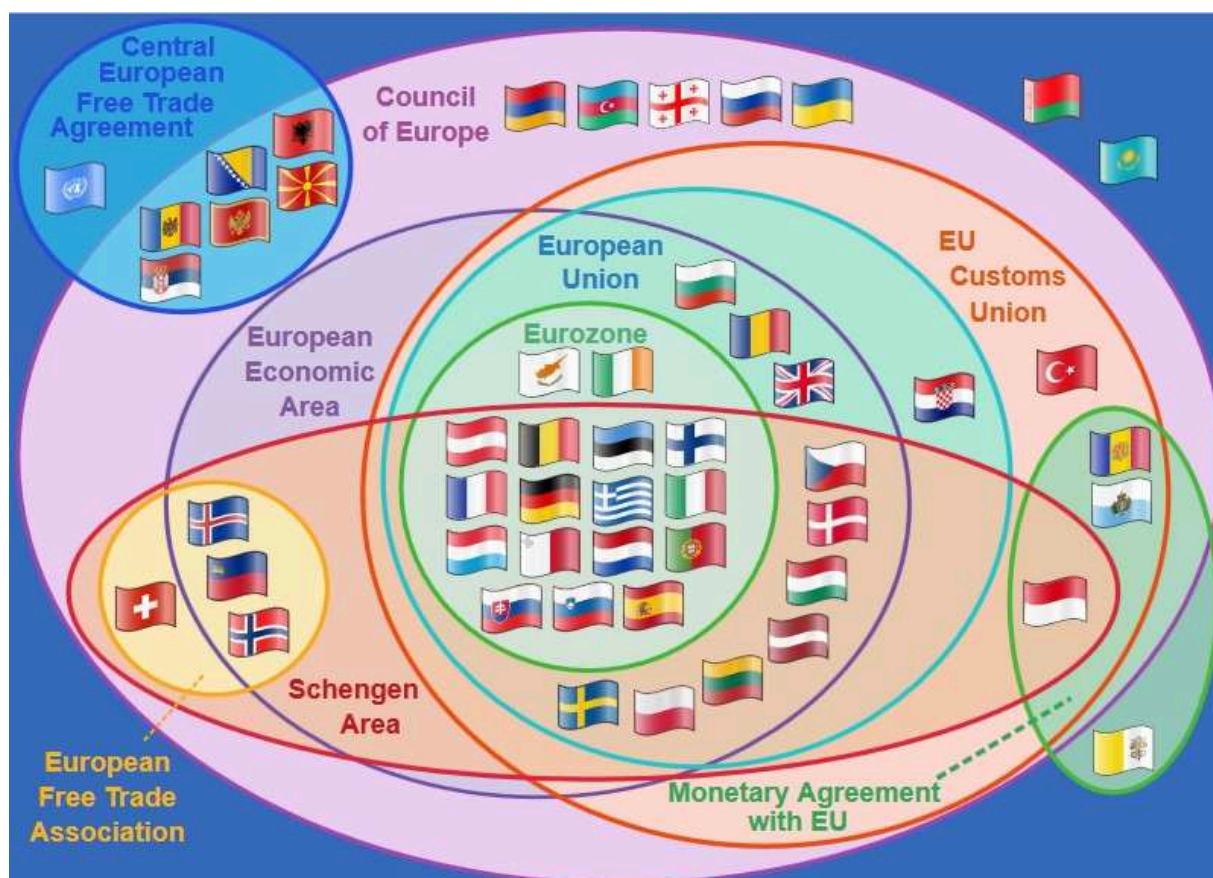
UEM refere-se, sobretudo, ao o estabelecimento de uma moeda única europeia - o Euro - que elimina os controles cambiais para transações financeiras, e permite que as empresas e os consumidores negociem livremente através das fronteiras sem pagar para converter dinheiro de uma moeda para outra. UEM também inclui um conjunto comum de reservas cambiais e um grupo padronizado de instrumentos monetários, tais como uma única taxa de juros e uma reserva mínima fixada por um Banco Central Europeu (BCE). (STAAB, 2008, p. 114, tradução livre).<sup>8</sup>

Segundo Overtveldt (2012) existem inegáveis vantagens relacionadas à UEM, como por exemplo o fim dos custos relacionados à conversão cambial, que contribui para a fluidez da economia, bem como a transparência de preços entre as nações, permitindo a redução dos juros, a estabilidade da inflação e até mesmo preços menores, além de favorecer a livre competição. Todos os aspectos citados permitem uma redução das incertezas, estimulando gradativamente as atividades econômicas.

---

<sup>8</sup> EMU refers, above all, to the establishment of a single European currency – the Euro – which eliminates exchange-rate controls for financial transactions, and allows businesses and consumers to freely trade across borders without paying to convert money from one currency to another. EMU also includes a common pool of foreign exchange reserves and a single standard group of monetary instruments, such as a single interest rate and one minimum reserve set by a European Central Bank (ECB).

Figura 1 – Organismos supranacionais europeus



Fonte: Wikipedia, 2013.

Nesse momento se torna importante uma clara diferenciação de termos. Enquanto todos os 28 países-membros da União Europeia também fazem parte da UEM (EUROPEAN COMMISSION), apenas 17 países adotaram o padrão monetário do Euro, até o presente momento, (EUROPEAN CENTRAL BANK), sendo eles, de acordo com o que é apresentado na figura acima: Chipre, Irlanda, Áustria, Bélgica, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Itália, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Portugal, Eslováquia, Eslovênia, e Espanha.

### 2.3.4 Etapas de convergência da UEM

No momento da aceitação das propostas do Tratado de Maastricht, por mais que não fosse uma unanimidade, a cooperação dos Estados europeus já havia atingido um nível significativo, tanto que historicamente se considera que o primeiro estágio da UEM já estava em

andamento, tendo começado em 1990. Para facilitar a compreensão do processo, serão expostas suas três etapas, cada qual com suas principais características, segundo o European Central Bank:

Primeira etapa: liberdade para transação de capitais; cooperação crescente entre os bancos centrais dos países envolvidos; uso da Unidade Monetária Europeia (espécie de precursora do euro); convergência econômica.

Segunda etapa: estabelecimento do Instituto Monetário Europeu (precursor do Banco Central Europeu); fim das concessões de crédito por parte dos bancos centrais; cooperação crescente no que diz respeito às políticas monetárias; fortalecimento da convergência econômica; esforços referentes ao estabelecimento do Sistema Europeu de Bancos Centrais, bem como à implementação da terceira etapa.

Terceira etapa: Congelamento das taxas de câmbio; introdução do euro; gestão das políticas de moeda única por parte do Sistema Europeu de Bancos Centrais; entrada em vigor do mecanismo interno para taxas de câmbio; validado o Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Para que as políticas monetária e fiscal possam ter seu alcance otimizado, a UEM previu também a concepção de políticas econômicas conjuntas. Tencionando a manutenção de baixos níveis de inflação para o euro, foram elaboradas determinadas regras para o regimento de déficits orçamentais e gastos públicos. Foi imposto que os governos não poderiam apresentar déficits maiores que 3% do seu de Produto Interno Bruto - PIB. Em acréscimo, a dívida pública não poderia ultrapassar a marca de 60% do PIB. (VERDUN, 2010).

### **2.3.5 Formato institucional**

A decisão de formar uma UEM foi tomada pelo Conselho Europeu em Maastricht, Países Baixos, em 1991. A aproximação dos países do continente chegaria em um novo estágio. Em suma, o significado dessa decisão era a coordenação conjunta das políticas econômicas e fiscais dos Estados-membros, destacando o controle dos limites de dívidas e o déficit permitido aos governos; a política monetária independente a ser regida pelo BCE; a moeda única, o Euro, a ser implantado no futuro. (EUROPEAN COMMISSION).

O Banco Central Europeu (BCE) abriu suas portas em maio de 1998. Sete meses depois, o euro entrava em circulação, e a instituição passou a ser responsável pela formulação e implementação da política monetária em toda a área abrangida pela moeda. Não obstante, foi

apenas em dezembro de 2009 que o banco foi, finalmente, reconhecido de maneira oficial como instituição da União Europeia, pelo Art. 13 do Tratado da União Europeia. (HODSON, 2012).

Em adição a essas propostas, foi criado o Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC), que consiste no BCE, além dos então existentes Bancos Centrais de cada nação. Cada banco central passou a ser uma extensão das políticas elaboradas pelo BCE. (VERDUN, 2010).

O objetivo primário do BCE é a manutenção da estabilidade de preços dentro da zona do euro, e além disso, auxiliar o desenvolvimento da política econômica, ambos aspectos suportados pelo Art. 127 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Outra característica importante é o fato do organismo ser responsável pela gerência e armazenamento das reservas internacionais de divisas, além das reservas de ouro dos países-membros. (HODSON, 2012).

O formato institucional planejado para a UEM, durante as décadas de 1980 e 1990 era envolto em claras assimetrias entre os aspectos monetário e econômico. Enquanto a união monetária era desenvolvida, com expectativas de transferência de responsabilidades políticas para um organismo supranacional, a união econômica continuava sendo resguardada como incumbência dos governos nacionais. (VERDUN, 2010).

O processo de integração europeu, de modo geral, foi marcado pelo contraste entre o que pode ser chamado integração positiva e negativa. Enquanto a integração positiva depende da construção de acordos intergovernamentais, objetivando a formulação de normas, regras e políticas, a integração negativa é baseada na destruição de empecilhos, eliminando as obstruções anteriores para que haja uma aproximação entre os envolvidos. (SCHARPF, 1999).

Em relação à UEM, a política monetária apresentava instituições e políticas criadas com o intuito de aproximação, ou seja, era desenvolvida por intermédio da integração positiva. Por outro lado, a política econômica era trabalhada majoritariamente pela subtração de barreiras comerciais, impulsionando a prática do livre comércio. Não havia instituições ou políticas conjuntas para o regimento dessas atividades, caracterizando a integração negativa. (VERDUN, 2010).

O período entre 1992 e 2002 apresentou grande número de desafios para a UEM, principalmente no que diz respeito à aceitação do Tratado de Maastricht, bem como os critérios de anuência para o ingresso de novos países interessados. Foram estabelecidas determinadas regras para a promoção da estabilidade e confiabilidade da instituição. (VERDUN, 2010).

Os Estados não poderiam mais utilizar a impressão livre de moeda para financiar suas dívidas e déficits, como já havia sido feito no passado. Ao mesmo tempo em que os problemas acima são amenizados, tais medidas promovem o aumento da inflação. Outra determinação importante é a chamada *no bail-out clause*, delineada para evitar que o BCE ou até mesmo os governos individuais precisassem bancar despesas de membros que possuíssem irregularidades em seus números. (CIMENTI, 2010).

Com o objetivo de facilitar a coordenação das políticas econômicas dentro da área de abrangência do euro, um grupo não-oficial foi criado. O chamado Eurogrupo é composto pelos ministros das Finanças de cada país, sendo que o vice-presidente da Comissão para Assuntos Econômicos e Monetários, bem como o presidente do BCE também participam das suas reuniões, que acontecem uma vez ao mês, antes dos encontros do Conselho de Assuntos Econômicos e Financeiros - ECOFIN (EUROZONE PORTAL).

### **2.3.6 Críticas à UEM**

As discussões para a criação de uma UEM suscitaram inúmeros questionamentos, tanto por parte de acadêmicos e políticos quanto por parte da própria população. No âmbito econômico, a mais clara indagação era a validade que tal constituição traria para o projeto europeu, e, mais claramente, quais seriam suas prerrogativas.

De acordo com Verdun (2010), o aspecto institucional da UEM tem sido duramente criticado, desde os seus primórdios. Os problemas vão da extrema independência do BCE, que gera questionamentos envolvendo sua legitimidade e até mesmo seus relatórios de prestação de contas, até o fator da assimetria entre instituições supranacionais de cunho econômico e monetário.

O primeiro argumento se desenvolve em três etapas, a primeira coloca que o BCE é o banco central mais autônomo do mundo, a segunda é uma consequência, pois graças a essa autonomia, a mudança dos aspectos institucionais da entidade se tornaram quase impossíveis. A terceira é a falta de mecanismos eficientes para analisar se as políticas elaboradas pelo banco estão sendo propriamente adotadas pelos países membros, com exceção da inflação, que é rigorosamente medida.

O segundo argumento apela para a comparação entre a UEM e federações mais sazoadas. Desse modo, é possível averiguar que enquanto existe um importante órgão que regula

a política monetária, o BCE, não existe equivalência no aspecto econômico. Políticas fiscais e orçamentárias continuam sendo elaboradas pelos governos, de maneira individual. Essa situação tem considerável apoio da população, que se sente mais confortável em delegar a responsabilidade de taxação e gastos para seus governos.

Dentre os habitantes, suecos e dinamarqueses são orgulhosos de suas conquistas políticas, sociais e econômicas. Grande parte de suas populações não acredita que o ingresso à UEM traria benefícios reais aos seus países. A integração europeia é vista com ares de desnecessidade e até mesmo indesejabilidade. (THE ECONOMIST, 2011).

O Reino Unido tem uma população ainda mais cética, desde seu ingresso à Comunidade Europeia, em início da década de 1970. Cidadãos, mídia e, notadamente, o Partido Conservador, consideram que muitas mudanças seriam necessárias, caso fosse seguido um direcionamento político que engloba o resto da Europa. A moeda única também é vista com maus olhos, sendo que seus benefícios são previstos com um aumento ínfimo de 1% do PIB. (VERDUN, 2010).

O principal benefício da UEM é a eliminação dos custos de transação, no que diz respeito ao câmbio. Outros benefícios englobam uma política monetária forte, a moeda única que trabalha no avigoramento do mercado interno, além da estabilidade relacionada à segurança de preços, uma vez que eles estarão todos discriminados em uma mesma unidade monetária. Entretanto, esses benefícios não são garantidos, ou pelo menos, sua igualdade não é garantida. É possível que alguns países se beneficiem mais que outros. (ASH, 2012).

Apesar dessas constatações, os cidadãos da UE têm se mostrado sustentáculos da política de convergência. Alguns países, como Irlanda, Eslovênia, Países Baixos, Luxemburgo e Bélgica apresentam números extremamente positivos, com mais de 80% da população apoiando a UEM. Outros como Romênia, Alemanha, Áustria, Hungria e Espanha concentram mais de 60% de apoio popular. As nações que possuem menos entusiastas do projeto são Polônia, Lituânia, Letônia, Suécia e Chipre, com pouco menos de 50%, e o Reino Unido, com apenas 24%. (VERDUN, 2010).

## 2.4 O EURO

Como abordado anteriormente, o euro é a moeda compartilhada por 17 países da União Europeia. Sua área de circulação é denominada “Zona do Euro”, ou ainda “Eurozona”. (EUROPEAN COMMISSION).

Ao entrar em circulação no dia 1 de Janeiro de 1999, automaticamente passou a ser a unidade monetária de mais de 300 milhões de indivíduos, embora naquele momento sua utilização fosse restrita a pagamentos de transações eletrônicas e prestação de contas. O euro passou a ser utilizado de maneira plena no dia 1 de Janeiro de 2002, quando foram estipuladas taxas fixas de conversão em relação às moedas nacionais que então existiam. (EUROPEAN CENTRAL BANK).

Tratando especificamente da implementação da moeda única<sup>9</sup>, Overtveldt (2012), cita importantes vantagens conquistadas pelos países envolvidos, como o fim de temeridades cambiais, e conseqüentemente a redução de riscos e incertezas, estimulando relações comerciais e investimentos. Nesse ponto, torna-se um empecilho às desvalorizações competitivas, agindo como inibidora dos protecionismos.

A importância do euro para o plano de integração é explicitada no seguinte excerto:

Alguns analistas acreditam que apenas uma moeda única realmente concluiria o Mercado Único da UE, caso contrário, as diferentes taxas de juros resultariam em preços diferentes por toda a Europa. As diferenças de preços prejudicaria a livre circulação de capitais, pois o dinheiro iria acabar nos países que oferecem as melhores taxas, bem como a livre circulação de mercadorias, que seriam adquiridas em países onde os preços são mais baixos. (STAAB, 2008, p. 114, tradução livre).<sup>10</sup>

Uma vez expostas as vantagens, para efeito de pesquisa se mostra interessante tratar também das desvantagens. De acordo com Overtveldt (2012), é possível mencionar dois inconvenientes, ambos estritamente relacionados:

---

<sup>9</sup> Embora seja considerada uma moeda única, existem claras diferenças de cunhagem, de acordo com as preferências de cada país. Enquanto uma das faces é comum para todos (lado comum), a outra apresenta características individuais (lado nacional). O lado comum foi desenvolvido por Luc Luycx, da Casa da Moeda Real Belga, a apresenta desenhos que exaltam o aspecto da unidade dentro da UE. (European Central Bank).

<sup>10</sup> Some analysts believe that only a single currency would truly complete the EU's Single Market; otherwise different interest rates would result in different prices across Europe. Price differences would undermine the free movement of capital as money would end up in the countries offering the best rates, as well as the free movement of goods, which would be bought in countries where the prices are lowest.



A perda da capacidade individual de direcionar a política monetária: Por mais que haja esforços no sentido de encontrar uma alternativa que seja eficiente e eficaz para todos os países que aderirem à ideia, a política monetária a ser acordada pode se mostrar muito rígida para determinados Estados, e muito flexível para outros. Dependendo da distância entre as decisões da comunidade e o ideal para a nação, poderá ser observada uma série de infortúnios, como aumento da inflação, das taxas de desemprego e do déficit da balança comercial.

A perda da capacidade de utilização da variabilidade cambial como instrumento de política monetária: No momento em que os custos internos de um país crescem de maneira não proporcional aos custos internacionais, a possibilidade de variar a taxa de câmbio é uma alternativa recorrente para a desvalorização da moeda, possibilitando assim a manutenção da competitividade.

Uma vez expostas as principais características do processo de consolidação das políticas de convergência na Europa, o próximo capítulo irá tratar da situação de crise financeira, trazendo informações no que diz respeito a forma e intensidade com que o continente foi afetado, e as primeiras iniciativas de emergência implementadas.

### 3. A CRISE FINANCEIRA GLOBAL

O capítulo que se segue tem por objetivo descrever os elementos que culminaram na crise da Zona do Euro. Embora o trabalho apresente uma tentativa de contextualizar a situação de crise, é importante destacar a não pretensão do autor no sentido de esgotar o tema, devido à sua grande complexidade e importância.

Essa etapa da pesquisa é relevante no que diz respeito a descrever o cenário de adversidade que a crise proporcionou aos Estados da eurozona, com índices alarmantes de dívidas e desemprego. A partir dessa conjuntura que foram pensadas as alternativas a serem dispostas no terceiro capítulo.

Primeiramente serão tratados os temas de globalização e capitalismo, essenciais para a compreensão de como a crise se alastrou dos Estados Unidos para o restante do mundo. Em seguida serão evidenciadas as principais causas e características da chamada crise do *subprime*. Por fim o assunto será focado na própria crise da Zona do Euro, trazendo dados e análises sobre seu respeito.

#### 3.1 GLOBALIZAÇÃO E CAPITALISMO

O vertiginoso aumento da complexidade, em se tratando dos sistemas econômicos e políticos em esfera global, se deve em grande parte ao processo de globalização. As relações entre Estados são cada vez mais profundas, impulsionadas pela liberalização das relações comerciais, bem como uma maior proximidade no que diz respeito à elaboração de políticas. Outra variável não menos importante é o desenvolvimento tecnológico, que permite um tráfego de informações praticamente instantâneo, comportando volumes cada vez maiores. (AMARAL, 2009).

Complexidade de sistemas pode ser analisada de acordo com a seguinte exposição:

Grosso modo, por um sistema complexo eu me refiro a algo composto por um grande número de partes que interagem de modo abstruso. Em tais sistemas, o total é maior que a soma de suas partes, não em um sentido final, metafísico, mas no importante sentido pragmático, dadas as propriedades das partes e as leis de sua interação, não é uma questão trivial inferir as propriedades do total. (SIMON, 1962, p. 468, tradução livre).<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Roughly, by a complex system I mean one made up of a large number of parts that interact in a nonsimple way. In such systems, the whole is more than the sum of the parts, not in an ultimate, metaphysical sense, but in the important pragmatic sense that, given the properties of the parts and the laws of their interaction, it is not a trivial matter to infer the properties of the whole.

Para melhor situar a interação política entre os Estados em um mundo globalizado, sobretudo observando o fato do presente trabalho ser uma monografia do curso de Relações Internacionais, é relevante a interpretação teórica denominada Interdependência Complexa, desenvolvida por Robert Keohane e Joseph Nye. Partindo desse princípio, política global contemporânea possuiria três características intrínsecas:

1. Múltiplos canais conectam as sociedades, incluindo os laços informais entre elites governamentais, bem como arranjos formais entre Ministérios das Relações Exteriores; laços informais entre elites não-governamentais [...] e organizações transnacionais. 2. A agenda das relações interestatais é composta por várias questões que não são organizadas em uma hierarquia clara ou consistente [...], a segurança militar não domina a agenda de forma consistente. [...] 3. A força militar não é utilizada pelos governos no que diz respeito a outros governos da mesma região, quando a interdependência complexa prevalece. Pode, no entanto, ser importante nas relações dos governos com outros governos de fora dessa região, ou sobre outras questões. (KEOHANE; NYE, 2001, p. 21-22).<sup>12</sup>

O processo de globalização é marcado pela propagação e fortalecimento das relações políticas, culturais, sociais e econômicas transfronteiriças. Desse modo, engloba praticamente a totalidade das relações entre países, dificultando sua análise *a priori*, especialmente nas ciências sociais, onde não se pode apresentar uma teoria que tenha a pretensão de comportar o mundo como um todo, havendo necessidade de avaliações diferentes para realidades diferentes. (JACKSON; SØRENSEN, 2007).

No intuito de observar com maior propriedade a interação econômica entre os Estados em um mundo globalizado, é pertinente observar o estudo de Immanuel Wallerstein titulado *Análise dos Sistemas-Mundo*.

Wallerstein visualiza a existência de duas formas de sistemas-mundo através da história, sendo elas os impérios-mundo e as economias-mundo. A principal diferença entre esses sistemas é a tomada de decisões a respeito da distribuição de recursos. Enquanto os impérios-mundo, centralizadores, utilizam sua força para distribuir recursos da periferia para o centro, nas

---

<sup>12</sup> 1. Multiple channels connect societies, including informal ties between governmental elites as well as formal foreign office arrangements; informal ties among nongovernmental elites [...] and transnational organizations. 2. The agenda of interstate relationships consists of multiple issues that are not arranged in a clear or consistent hierarchy [...], military security does not consistently dominate the agenda. [...] 3. Military force is not used by governments toward other governments within the region, when complex interdependence prevails. It may, however, be important in these government's relations with governments outside that region, or on other issues.

economias-mundo, descentralizadas, a distribuição de recursos é tarefa atribuída ao mercado, e, no caso vigente, o mercado capitalista. (HOBDEN; JONES, 2008).

Capitalismo pode ser compreendido de acordo com a definição de Bruce R. Scott:

[...] um sistema indireto de governança baseado em uma complexa e contínua barganha política onde os atores privados são capacitados por uma autoridade política a possuir e controlar o uso de propriedade para o ganho particular, sujeito a uma série de leis e regulações. Trabalhadores são livres para trabalhar por salários, o capital é livre para receber um retorno, e tanto trabalho quanto capital são livres para entrar e sair de diversas linhas de negócios. O capitalismo depende do mecanismo de preços para balancear oferta e demanda nos mercados; depende da motivação do lucro para alocar oportunidades e recursos entre fornecedores concorrentes, e isso depende de uma autoridade política (governo) para estabelecer regras e regulações que incluam todos os custos sociais apropriados e benefícios. (SCOTT, 2006, p. 4, tradução livre).<sup>13</sup>

Mercado, dentro do capitalismo, é uma construção, requerendo ajustes para corrigir suas inconstâncias. Entretanto, guarda características não inerentes ao sistema capitalista, notavelmente o papel representativo para uma série de regras que resultam interação complexa de quatro conjuntos institucionais: Estados, vinculados a sistemas estatais; nações (reconhecidas ou não); classes e indivíduos. (WALLERSTEIN, 2007).

Tendo em vista que a atual organização econômica é uma economia-mundo, pautada pelo capitalismo, a especialização e distribuição do capital irá estratificar os Estados em três grupos: centro, semiperiferia e periferia. O centro é responsável pelas atividades que exigem maior especialização e tecnologia, conseqüentemente agregando maior valor. A periferia se caracteriza pela produção de bens mais elementares, de pouco valor agregado. A semiperiferia tem função de intermediar os dois polos, combinando característica de ambos. (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

### 3.1.1 Contradições e crises do capitalismo

Os três estratos da economia-mundo estão fortemente ligados em uma cadeia de exploração, onde os recursos são retirados da periferia em direção ao centro, enfatizando a pobreza

---

<sup>13</sup> [...] an indirect system of governance based on a complex and continually evolving political bargain in which private actors are empowered by a political authority to own and control the use of property for private gain subject to a set of laws and regulations. Workers are free to work for wages, capital is free to earn a return, and both labor and capital are free to enter and exit from various lines of business. Capitalism relies upon the pricing mechanism to balance supply and demand in markets; it relies on the profit motive to allocate opportunities and resources among competing suppliers; and it relies upon a political authority (government) to establish the rules and regulations so that they include all appropriate societal costs and benefits.

dos primeiros e acentuando a riqueza dos últimos. A distribuição do poder varia de acordo com o acúmulo do capital, e essa condição inevitavelmente acaba por gerar uma desarmonia de interesses. (HOBDEN; JONES, 2008).

Sobre o assunto, o seguinte trecho se mostra substancial:

A concentração de capital nas áreas centrais criou tanto a base fiscal quanto a motivação política para a formação de aparatos estatais relativamente fortes, dotados da capacidade, entre outras, de assegurar que os aparatos estatais das áreas periféricas se tornassem mais fracos. Por isso, os aparatos centrais puderam pressionar os periféricos a aceitar [...] uma maior especialização em tarefas inferiores da cadeia mercantil, utilizando força de trabalho com menor remuneração [...] Assim o capitalismo histórico criou diferentes níveis de salário, os quais se tornaram dramaticamente divergentes nas diferentes regiões do sistema-mundo. (WALLERSTEIN, 2007, p.30).

Essa ênfase da economia-mundo capitalista no aumento do lucro inexoravelmente gera ciclos de expansão e declínio econômico. Esses ciclos, em seus momentos de declínio, apresentam crises, que propiciam aos países periféricos a oportunidade de uma melhor colocação no cenário global. Wallerstein acredita que haverá um momento em que o capitalismo não encontrará mais meios de expansão, entrando em uma crise que proporcionará o surgimento de um sistema-mundo substituto. (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Historicamente os críticos do capitalismo defendem a premissa de que as crises são parte indissociável do próprio sistema. Giovanni Arrighi (1978), afirma que a recorrência das perturbações na história do capitalismo não são de responsabilidade da classe proletária, parasitismo social ou sequer de deficiências na gestão da economia, mas sim um resultado das contradições decorrentes do objetivo de acumulação de capital.

Marx escreveu que as contradições impostas pelo *status* consolidado acabam por gerar manifestações anti-hegemônicas. (HOBDEN; JONES, 2008). Ao que Jennifer Hermann acrescenta:

Crises financeiras no capitalismo são como a morte na cultura ocidental: sabemos que virão um dia [...] O que há de desconhecido nas crises financeiras, assim como na morte, é o “quando” e o “como”, embora as crises, em geral, sejam mortes anunciadas. Cada crise financeira marca o fim de um ciclo de crescimento econômico e endividamento. No capitalismo moderno, que conta com sistemas financeiros sofisticados [...] não há crescimento econômico sem aumento do endividamento [...] e como nos ensinou Hyman Minsky, não há crise financeira sem endividamento. (HERMANN, 2012, p.61).

Luciano Amaral (2009), procura ir além ao definir as crises financeiras como aspectos não exclusivos do capitalismo, mas detentores de caráter histórico permanente, abrangendo períodos anteriores ao da atual ordem e presumivelmente continuando a existir *ad eternum*.

### **3.1.2 Endividamento, confiança e a relação entre os Estados e o sistema financeiro**

Partindo do pressuposto de instabilidade do capitalismo, com suas inevitáveis crises, e considerando a impossibilidade de crescimento sem endividamento, Minsky divide a economia em ciclos de expansão, aonde as transações financeiras são intensas, e ciclos de fragilidade, aonde se observam retrações dessas transações. Tal conjectura tem por objetivo auxiliar na explicação as intermináveis oscilações verificadas na economia. (LIMA; MATHIAS, 2009).

A chamada hipótese da Fragilidade Financeira considera que as economias são frágeis por natureza, pois a prática da atividade econômica depende de um sistema de confiança<sup>14</sup>. Quando a confiança se mostra falha e ocorre a inadimplência, essa fragilidade vem à tona. No melhor dos cenários, o resultado será uma redução do endividamento (e conseqüentemente da atividade econômica), mas se os Estados não intervirem de maneira adequada uma crise financeira pode se desencadear. Essa crise se manifesta quando as instituições rejeitam os ativos financeiros, dando enfática preferência à liquidez. (HERMANN, 2012).

A necessidade de ação do Estado diante da possibilidade de que um ciclo de fragilidade se desenvolva em uma crise financeira vai de encontro com o que defende Amaral (2009), segundo o qual dentre todas as atividades econômicas que podem ser desenvolvidas no âmbito privado, o sistema financeiro é o que mais depende da regulamentação estatal.

O Estado, por sua vez, é responsável por proporcionar melhores condições de vida à sua população, investir no desenvolvimento e proteção, dentre outras coisas. Para que isso seja possível, é necessário um aumento da estrutura burocrática, o que leva à expansão da máquina administrativa, gerando despesas. Para arcar com essas despesas o Estado faz uso da cobrança de impostos. (WALLERSTEIN, 2007).

---

<sup>14</sup> Este envolve, de um lado, as expectativas de renda futura daqueles que assumem dívidas (empresas, famílias e instituições financeiras, além do governo, possivelmente) e, de outro lado, as expectativas de retorno-risco daqueles que adquirem estes ativos financeiros (outro conjunto de empresas, famílias e instituições financeiras). (HERMANN, 2012, p. 62).

Em muitos casos, os impostos não serão o suficiente para cobrir as despesas estatais, daí a criação dos sistemas bancários é resultado direto da necessidade de endividamento dos Estados. Seja para custear empreitadas bélicas, incentivar o desenvolvimento da economia ou ainda bancar o sistema de previdência social, a aquisição da dívida pública por parte desses bancos era a maneira encontrada para que a liquidez necessária fosse captada. (AMARAL, 2009).

Uma vez que o dinheiro é a matéria relevante no que tange a atividade financeira, a importância do monopólio estatal pode ser expressa na necessidade de uma política monetária, para estabelecer, por exemplo, uma taxa de juros referencial, que implicará no custo associado ao próprio dinheiro. (MAGNUSSON; OTTOSSON, 2002).

Mais do que isso, o Estado é maior que o mercado, e serve como instrumento de garantia para o funcionamento do mercado, fornecendo meios constitucionais-legais, ao mesmo tempo em que representa a ação coletiva de sua população. (BRESSER-PEREIRA, 2012).

A prática da atividade financeira pode ser considerada uma espécie de prolongamento do poder público, mormente no que diz respeito a emissão de moeda, pois a oferta de crédito seria um diferente método de proporcionar acesso à moeda. Novamente o Estado tem seu papel estabelecido, sendo responsável pela definição da quantia que os bancos serão obrigados a manter em caixa, para suprir a demanda dos depositantes, além da legislação que irá acolher ou descartar de novas alternativas para empréstimos. (AMARAL, 2009).

Entretanto, o que se observa vai ainda mais além:

É da lógica do capitalismo, para maximizar lucros, buscar crédito, razão pela qual o sistema de crédito se desenvolve tanto e sempre com a acumulação do capital. O crédito potencializa, de fato, a produção, aumentando o ritmo e a escala da acumulação de capital, uma vez que ele antecipa o processo de investimento, a partir de recursos de terceiros. Mas o sistema de crédito permite também o aparecimento e o desenvolvimento do chamado capital fictício, o capital que se valoriza de forma especulativa, sem relação com a produção real. (MOLLO, 2012, p. 13).

Esse capital fictício é em grande parte oriundo do sistema de reservas fracionárias, amplamente utilizado pelas instituições financeiras para oferecer crédito, agindo efetivamente no aumento da quantidade de moeda disponível. Esse sistema permite que o dinheiro depositado em bancos seja emprestado a terceiros com a cobrança de juros. Ou seja, a instituição bancária empresta capital que não lhe pertence, mas está sob sua tutela. O sistema se mantém em

funcionamento desde que não haja uma corrida para saques. Caso isso ocorra, o banco terá de escolher entre a falência e a suspensão dos pagamentos. (PAUL, 2009).

### 3.3 CRISE DE 2007-2008 NOS ESTADOS UNIDOS

Quando em 2007 a palavra *subprime* passou a aparecer nos periódicos voltados à economia, a maior parte das pessoas não deu importância, ou sequer sabia seu significado. Quando a situação começou a se deteriorar, finalmente foi descoberto que tal palavra definia parte do mercado de hipotecas<sup>15</sup> estadunidense, mais especificamente o da concessão de empréstimos para a obtenção da casa própria para famílias de baixo poder aquisitivo, ou seja, empréstimos de alto risco, ao contrário do segmento *prime*, que são empréstimos de baixo risco. (AMARAL, 2009).

Em princípio, havia a crença de que o mercado poderia lidar com a situação, absorvendo em pouco tempo os empréstimos não retornados, mas quando em 9 de agosto o BCE e o Sistema de Reserva Federal (FED), dos Estados Unidos, injetaram aproximadamente 90 bilhões de dólares de liquidez no sistema bancário, ficou claro que algo realmente grande estava acontecendo. (TREANOR, 2011). (FEDERAL RESERVE BANK OF SAN FRANCISCO).

O que antes era um problema estritamente dos Estados Unidos, passou a mostrar suas proporções globais quando em setembro de 2007 o Banco da Inglaterra foi obrigado a prover fundos de emergência para evitar a falência do banco Northern Rock, que se encontrava em sérias dificuldades e não mais garantia a segurança dos depósitos de seus clientes, que buscavam efetuar saques em larga escala, algo que não ocorria há mais de meio século. (LARSEN, 2007).

Tais acontecimentos abalaram analistas e população em geral, acostumados a certa estabilidade econômica. O momento em questão era conhecido pela alcunha de Grande Moderação, e havia a crença de que recessões eram coisas do passado, com a volatilidade econômica tendo sido reduzida consideravelmente, devido a mudanças estruturais e políticas monetárias eficientes. (PUPLAVA, 2012).

---

<sup>15</sup> Contratos de longa duração em que o próprio imóvel é dado como garantia do empréstimo. O comprador não se torna proprietário do imóvel até que o pagamento seja completado. Se o comprador der um calote, o financiador simplesmente retoma o imóvel, podendo então revendê-lo para recuperar seu prejuízo. O banco financiador da hipoteca normalmente não deseja retomar o imóvel. Quando isso acontece, não apenas o banco perde a receita de juros sobre o empréstimo, como ainda tem que cobrir as despesas de conservação do imóvel, de revenda para terceiros, etc. (DE CARVALHO, 2012, p. 23).



Um ano se passou, com pouco ou nenhum sucesso das medidas de contenção tomadas para a crise. Por melhor que fossem os diagnósticos e métodos de intervenção, as repetidas injeções de liquidez no sistema financeiro, além de reduções de taxas de juros, tais ações não foram capazes de trazer estabilização. Em março de 2008 o banco de investimentos Bear Stearns se encontrava incapaz de satisfazer suas responsabilidades, ao que o FED e o Departamento do Tesouro foram impelidos a apresentar uma operação de resgate, e assim a perturbação sistêmica chegava cada vez mais perto do coração do maior centro financeiro mundial. (AMARAL, 2009).

Em 15 setembro do mesmo ano uma notícia ainda mais alarmante, após registrar perdas bilionárias no mercado das hipotecas, o Lehman Brothers, quarto maior banco de investimentos estadunidense até então, declarou falência, sem que o governo tivesse tido oportunidade de elaborar um plano eficiente para contornar a situação. As incertezas aumentavam, e o já frágil sistema financeiro global sofria mais uma baixa, e enquanto isso as autoridades continuavam a discursar otimismo, com George W. Bush mencionando a confiança na flexibilidade do mercado para lidar com os ajustes essenciais. (THE BRITISH BROADCAST CORPORATION, 2008).

Não menos problemático foi o acontecimento do dia seguinte, quando a seguradora American International Group Inc – AIG ameaçou declarar falência, ao que novamente o FED e o Departamento do Tesouro aprovaram um resgate de 85 bilhões de dólares, considerando que uma quebra da seguradora causaria potenciais enfraquecimentos à já vacilante economia, aumentando a dificuldade para empréstimos e reduzindo a riqueza das famílias. (BOARD OF GOVERNORS OF THE FEDERAL RESERVE SYSTEM).

Após os dois últimos casos supracitados, as bolsas entraram em colapso, com quedas de aproximadamente 20%, algo que inevitavelmente remetia ao período da Grande Depressão, na década de 1930. A principal questão em voga era a insegurança dos mercados em relação a atitude dos governos diante das dificuldades das instituições financeiras. Fariam esforços, os governos, para evitar falências em escala? Abririam mão, os mesmos governos, das instituições financeiras? Por fim, foi decidido que certas corporações simplesmente não poderiam falir. (AMARAL, 2009).

### 3.3.1 Causas da crise, assimetria de informações e o efeito cascata

Após um distanciamento de meia década se tornou visível que o processo resultante na crise possui diversas causas. As mais óbvias, naturalmente, são as financeiras, especialmente a tentativa estadunidense de acabar com os riscos de empréstimos simplesmente ignorando a sua existência, num movimento que se mostrou extremamente custoso para a economia mundial. (THE ECONOMIST, 2013).

Banqueiros e órgãos reguladores também têm grandes parcelas de responsabilidade, pois foi graças a eles, mais especificamente à suas atitudes condescendentes, que foi possível a propagação de práticas irresponsáveis pelo sistema financeiro internacional. Digna de nota também é a atitude de bancos europeus, que tomaram grandes empréstimos americanos no período que antecedeu à crise, investindo em polpudos títulos mobiliários. (THE ECONOMIST, 2013).

A partir da década de 1990 o governo estadunidense tratou de reforçar políticas de incentivo à aquisição de moradia, sobretudo de famílias com baixa renda. Duas empresas tiveram papel de destaque na prática desse sistema, a Federal National Mortgage Association (Fannie Mae), e a Federal Home Loan Mortgage Corporation (Freddie Mac). Apesar de fazerem parte da iniciativa privada, ambas receberam diversos incentivos governamentais. Seu papel era tornar certa a liquidez no mercado hipotecário. (ROQUE, 2013).

Para fazer isso, as empresas adquiriam empréstimos do ramo imobiliário fornecidos por outras instituições financeiras, que em seguida eram repassados a fundos de investidores internacionais<sup>16</sup>. Esses empréstimos eram implicitamente garantidos pelo governo dos EUA, ou seja, eram seguros. Desse modo os bancos poderiam continuar emprestando, sabendo que o repasse era certo. Ao final de 2007, Fannie e Freddie eram responsáveis por nada menos que 75% das hipotecas recentes no país. (SCHOLTES, 2008).

As empresas receberam pressão de setores governamentais para diminuir a exigência diante da aceitação de empréstimos, e passaram então a fornecer crédito para indivíduos com histórico desfavorável, aumentando consideravelmente o risco das operações. A crença era de que o mercado era capaz de absorver possíveis calotes sem maiores consequências. (HOLMES, 1999).

---

<sup>16</sup> Esses empréstimos imobiliários vendidos por Fannie e Freddie para os investidores ao redor do mundo ficaram conhecidos como "títulos lastreados em hipotecas" (as famosas *mortgage-backed securities*). (ROQUE, 2013).

O vertiginoso aumento da posse de moradias aumentou também o preço desses imóveis, gerando uma bolha imobiliária, o que atraiu uma grande quantidade de especuladores. Estes possuíam vários imóveis que procuravam recolocar no mercado por um preço cada vez maior, conseguindo assim um lucro relativamente fácil. É estimado que 25% das vendas de imóveis durante esse período eram de origem especulativa. (LIEBOWITZ, 2008).

Para suportar essa especulação, as agências de classificação de risco tiveram papel importante. Essas agências estabelecem um *rating* que estratifica a confiança que se pode depositar em um investimento. Seu portfólio de ação envolve de empresas a países, e sua principal razão de existência é a superação da chamada assimetria de informações. No caso da crise do mercado imobiliário, as agências classificaram os empréstimos com notas extremamente positivas, o que foi entendido pelo mercado como investimento confiável. (BRAGA, 2010).

Essa assimetria de informações pode ser compreendida de acordo com Joseph Stiglitz:

Assimetrias de informações entre duas partes que transacionam ocorrem quando uma parte detém mais informações do que a outra, seja *ex ante* em relação às características do que está sendo comprado ou vendido, seja *ex post* em relação ao comportamento dos indivíduos depois de firmado o contrato. Os modelos de seleção adversa tratam de problemas de informações imperfeitas associadas ao primeiro caso, enquanto que os de risco moral abordam os problemas de informações relacionados ao segundo. (CANUTO; JÚNIOR, 1999, p. 6).

Em meados dos anos 2000 o FED passou a injetar menos dinheiro na economia, e em consequência os juros aumentaram. Desse modo, o mercado imobiliário foi afetado, pois o número de calotes aumentou de 20 bilhões de dólares em 2005 para 170 bilhões em 2008. A procura por imóveis era cada vez menor, derrubando o preço destes, afetando sensivelmente a atividade especulativa. Todos os bancos de investimento que haviam títulos lastreados em hipotecas, de repente se viram sem condições de encontrar liquidez, e portanto diminuindo a oferta de crédito para novos empréstimos. (ROQUE, 2013).

O colapso do banco de investimentos Lehman Brothers, em 2008, foi responsável pelo quase esfacelamento do sistema financeiro global. Grandes quantias de dinheiro foram necessárias, em formato de resgates, para que a indústria pudesse voltar a respirar. Mesmo com todos os esforços colocados em prática foi registrada a pior recessão dos últimos 80 anos, e apesar dos estímulos financeiros e fiscais, a recuperação ainda permanece lenta. (THE ECONOMIST, 2013).

O PIB de diversos países desenvolvidos ainda não recuperou os patamares registrados nos anos anteriores à crise, situação que é especialmente preocupante na Europa, onde a crise financeira desencadeou a chamada crise da zona do euro. (THE ECONOMIST, 2013).

### 3.4 CRISE NA ZONA DO EURO

Quando a crise do *subprime* eclodiu e os bancos ao redor do mundo passaram a sofrer problemas de liquidez, os Estados começaram a intervir mais efusivamente na economia, visando a retomada do crescimento, que havia sido reduzido ao acompanhar a escassez de crédito em nível global. Os bancos reduziram a taxa de juros enquanto os governos tratavam de socorrer as instituições que se encontravam em dificuldade. Isso gerou um aumento dos gastos públicos, o que causou a elevação das dívidas soberanas. (CORRÊA, 2012).

António Vitorino (2012) divide a crise europeia em três partes distintas:

A primeira parte é o caso isolado da Grécia, que reconheceu a natureza errônea dos próprios dados econômicos divulgados, sobretudo o déficit e a dívida. Os gregos se viram isolados, enquanto os juros para financiamento de sua dívida cresciam cada vez mais, e os outros países da eurozona não demonstravam interesse no desenvolvimento de programas de auxílio.

A segunda parte apresentou ao mundo o acrônimo PIIGS<sup>17</sup>, envolvendo os países mais afetados pelas dificuldades da Zona do Euro, Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha, com sérias dificuldades no financiamento de suas dívidas. A desconfiança em ascensão fez com o mercado visualizasse a possibilidade de um contágio para o restante da Europa. Formalmente o caráter sistêmico da crise ainda era negado.

Por fim há o estágio atual, em que não se pode mais negar a natureza sistêmica da crise, e a necessidade da adoção de soluções que corrijam as deficiências da UEM, ao mesmo tempo em que se busca uma diminuição da pressão sobre os Estados endividados, organizando recursos e mecanismos de estabilização econômica.

O Tratado de Maastricht e o Pacto de Estabilidade e Crescimento possuíam cláusulas inibidoras do déficit e dívida pública excessivos para os países da UEM, os valores máximos para

---

<sup>17</sup> O acrônimo PIIGS passou a ser utilizado em referência aos países de economia mais frágil dentro da Zona do Euro, sendo que as letras se referem, respectivamente, a Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha (Spain). Reconhecidamente pejorativo, por ser muito semelhante à palavra inglesa para “porcos” (pigs), ganhou popularidade com o agravamento da atual crise da eurozona. (XYDIAS; NAZARETH, 2010).

o déficit, como já mencionado no capítulo anterior, foram definidos em 3% do PIB, e a dívida pública não poderia ultrapassar 60% do PIB. (EUROPEAN COMMISSION).

A Tabela 1 abaixo oferece uma visualização prática dos níveis de déficit apresentado pelos governos de alguns países europeus.

Tabela 1 – Déficit governamental (% do PIB)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Portugal	3,1	3,6	10,2	9,8	4,4	6,4
Irlanda	-0,1	7,4	13,9	30,8	13,4	7,6
Itália	1,6	2,7	5,5	4,5	3,8	3,0
Grécia	6,5	9,8	15,6	10,7	9,5	10,0
Espanha	-1,9	4,5	11,2	9,7	9,4	10,6
Chipre	-3,5	-0,9	6,1	5,3	6,3	6,3
Alemanha	-0,2	0,1	3,1	4,1	0,8	-0,2
França	2,7	3,3	7,5	7,1	5,3	4,8
Reino Unido <sup>18</sup>	2,8	5,1	11,5	10,2	7,8	6,3

Fonte: Eurostat, elaborada pelo autor.

Como pode ser observado na tabela acima, a partir de 2009 nenhum dos países representados estava de acordo com as recomendações europeias, com destaque para Grécia, Irlanda e Espanha, que possuíam os maiores déficits da Zona do Euro à época. Tal constatação, apesar de preocupante, não tinha potencial para desencadear uma crise.

É necessário situar a crise da eurozona como uma crise da dívida soberana, ou seja, contraída por países soberanos. Dentre os aspectos destacados por Marcelo de Toledo (2004), os mais pertinentes ao presente estudo são a não existência de um organismo supranacional que obrigue o cumprimento dos contratos internacionais, sendo assim possível o calote, bem como a já mencionada assimetria de informações entre credores e devedores. Devido a esses fatores o interesse em efetuar o pagamento acaba sendo ainda mais importante que a existência de capacidade para tal.

<sup>18</sup> O Reino Unido estará presente em diversas tabelas durante o presente capítulo. Apesar de não fazer parte da eurozona, seus dados são relevantes no sentido de possibilitar uma comparação com os Estados-membros.

A Tabela 2 que se segue apresenta dados sobre a dívida soberana de alguns países europeus.

Tabela 2 – Dívida soberana (% do PIB)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Portugal	68,4	71,7	83,7	94,0	108,3	123,6
Irlanda	25,1	44,5	64,8	92,1	106,4	117,6
Itália	103,3	106,1	116,4	119,3	120,8	127,0
Grécia	107,4	112,9	129,7	148,3	170,3	156,9
Espanha	36,3	40,2	53,9	61,5	69,3	84,2
Chipre	58,8	48,9	58,5	61,3	71,1	85,8
Alemanha	65,2	66,8	74,5	82,4	80,4	81,9
França	64,2	68,2	79,2	82,4	85,8	90,2
Reino Unido	44,2	52,7	67,8	79,4	85,8	90,0

Fonte: Eurostat, elaborada pelo autor.

De acordo com os dados da tabela acima, chegado o ano de 2009 determinados países também não estavam seguindo as proposições europeias para contenção de gastos no quesito da dívida soberana. Menção especial para os casos da Grécia, novamente, e também da Itália, que possuíam dívidas maiores que suas capacidades de produção. Enquanto o mercado continuasse acreditando na capacidade e intenção desses Estados para honrarem seus compromissos, não haveria motivos para maiores preocupações.

A crise europeia começou quando o mercado passou a não mais acreditar na capacidade de pagamento da Grécia e de outros países periféricos da eurozona. Em consequência, as taxas de juros para empréstimos cresceram, dificultando a captação de recursos, e então houve necessidade de resgates por parte das instituições financeiras regionais e internacionais. Alguns analistas concluíram que os próprios Estados eram responsáveis pela situação adversa em que se encontravam, graças à irresponsabilidade fiscal, e o aumento dos gastos públicos para a construção do Estado de bem-estar social<sup>19</sup>. (LIN; TREICHEL, 2012).

<sup>19</sup> As transformações pelas quais passou o capitalismo a partir da segunda metade dos anos 1970 [...] desdobraram-se em uma nova postura das autoridades econômicas dos países desenvolvidos em relação ao padrão de intervenção estatal que caracterizou o período logo após a segunda Guerra Mundial, que se convencionou chamar de Estado de

A Tabela 3 abaixo oferece dados que dizem respeito ao crescimento do PIB em certos países da Europa.

Tabela 3 – Crescimento do PIB (%)

	2003	2005	2007	2009	2011	2013 <sup>20</sup>
Portugal	-0,9	0,8	2,4	-2,9	-1,3	-2,3
Irlanda	3,7	6,1	5,0	-6,4	2,2	1,1
Itália	0,0	0,9	1,7	-5,5	0,5	-1,3
Grécia	5,9	2,3	3,5	-3,1	-7,1	-4,2
Espanha	3,1	3,6	3,5	-3,8	0,1	-1,5
Chipre	1,9	3,9	5,1	-1,9	0,4	-8,7
Alemanha	-0,4	0,7	3,3	-5,1	3,3	0,4
França	0,9	1,8	2,3	-3,1	2,0	-0,1
Reino Unido	3,9	3,2	3,4	-5,2	1,1	0,6

Fonte: Eurostat, elaborada pelo autor.

A Grécia havia apresentado um notável crescimento da economia entre os anos de 2000 e 2007, maior, inclusive, que a média europeia para o período, atingindo seu ponto máximo em 2003, com 5,9%. Quando o país adotou o euro, em 2001, seu gasto público cresceu, passando a depender do crédito externo, conseqüentemente se tornando mais vulnerável aos choques econômicos internacionais.

Em outubro de 2009 houve eleições na Grécia, e a ascensão dos socialistas ao poder trouxe notícias alarmantes a respeito da condição financeira do país. George Papaconstantinou, ministro grego das finanças no novo governo, anunciou que o déficit esperado para 2009 seria de quase 12,5% do PIB (valor que mais tarde se provou uma estimativa modesta). (BACHE; GEORGE; BULMER, 2011).

---

Bem-Estar Social (*Welfare State*). [...] Com a constituição dos mecanismos de *Welfare State*, a proteção social deixa de ter um caráter emergencial e focalizado e passa a constituir uma forma de regulação das relações sociais que [...] introduz elementos de intervenção estatal no "livre" funcionamento dos mercados (inclusive de trabalho), permitindo aos excluídos (temporária ou estruturalmente) manterem-se como consumidores. (SILVA; DE MATTOS, 2009).

<sup>20</sup> Valores previstos.

Em dezembro do mesmo ano as agências de *rating*<sup>21</sup> responsáveis por avaliar a credibilidade das nações no cumprimento de seus compromissos passaram a reduzir as notas atribuídas à Grécia, afetando sensivelmente a atitude do mercado perante a possibilidade de adquirir os títulos<sup>22</sup> do país. Essas mesmas agências tiveram papel fundamental na dificuldade dos países periféricos da eurozona para captação de divisas. (BARBER, 2009) (SMITH; SEAGER, 2009).

Embora os gregos correspondam apenas a aproximadamente 2,2% do PIB da Zona do Euro, caso ocorresse um calote as consequências seriam enormes, com queda acentuada do valor da moeda única e perdas gigantescas para os países que a utilizam. Alemanha e França adquiriram grandes quantias de títulos da dívida grega e de outros Estados que foram fortemente afetados pela crise, algo precisava ser feito no intuito de salvar esses investimentos. (PESTON, 2011).

Em maio de 2010 um resgate de 110 bilhões de euros foi aprovado pelos países da Zona do Euro. A Grécia teria de fazer cortes na ordem de 30 bilhões de euros, além de aumentar seus impostos, com objetivo de reduzir seu déficit para 5% em 2010, e 4% em 2011, objetivo que se mostrou impossível de ser atingido (BACHE; GEORGE; BULMER, 2011).

Tais medidas foram recebidas com hostilidade tanto na Alemanha quanto na Grécia. Os germânicos observaram o partido da chanceler Angela Merkel amargar péssimos resultados nas eleições regionais para a Renânia do Norte-Vestfália daquele ano. O discurso da necessidade de ajuda para os gregos como única forma de manter a estabilidade do euro não havia convencido o estado mais populoso do país, e coalizão governamental se encontrava comprometida. (HALL; WATERFIELD, 2010).

Na Grécia os protestos aconteciam com cada vez mais frequência e violência. A população não aceitava os cortes de gastos propostos, os crescentes índices de desemprego, bem como o aumento de impostos, e as instituições financeiras viraram alvo. Bancos incendiados e seus

---

<sup>21</sup> Tendo em vista a dificuldade de conhecimento das condições financeiras do grande número de devedores em diferentes áreas, as agências de *rating* passam a ter um papel central no processo de direcionamento de recursos, ao oferecerem informações e dar sugestões quanto às aplicações “mais indicadas”. As “notas” conferidas pelas agências aos devedores afetam, por sua vez, as expectativas dos agentes e isto afeta a exigência de rentabilidade requerida para se comprar determinado título. (CORRÊA, 2012, p. 79).

<sup>22</sup> Os títulos públicos são ativos de renda fixa, ou seja, seu rendimento pode ser dimensionado no momento do investimento, ao contrário dos ativos de renda variável (como ações), cujo retorno não pode ser estimado no instante da aplicação. Dada a menor volatilidade dos ativos de renda fixa frente aos ativos de renda variável, este tipo de investimento é considerado mais conservador, ou seja, de menor risco. (TESOURO NACIONAL).



trabalhadores mortos foram ocorrências desse momento, enquanto o mundo observava perplexo. (THE BRITISH BROADCAST CORPORATION, 2010).

A Tabela 4 que se segue oferece dados sobre a evolução dos índices de desemprego em alguns países europeus.

Tabela 4 – Desemprego (%)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Portugal	8,9	8,5	10,6	12,0	12,9	15,9
Irlanda	4,7	6,4	12,0	13,9	14,7	14,7
Itália	6,1	6,7	7,8	8,4	8,4	10,7
Grécia	8,3	7,7	9,5	12,6	17,7	24,4
Espanha	8,3	11,3	18,0	20,1	21,7	25,0
Chipre	3,9	3,7	5,4	6,3	7,9	11,9
Alemanha	8,7	7,5	7,8	7,1	5,9	5,5
França	8,4	7,8	9,5	9,7	9,6	10,2
Reino Unido	5,3	5,6	7,6	7,8	8,0	7,9

Fonte: Eurostat, elaborada pelo autor.

O desemprego passou a ser parte da vida de diversos europeus, em especial espanhóis e gregos, que apresentam índices realmente preocupantes. Enquanto isso os governos continuavam a desenvolver políticas de austeridade, contendo gastos e observando aumentos de suas dívidas. A desconfiança se espalhou pela Europa e outros casos de resgate foram observados.

Portugal e Irlanda são os casos mais notáveis, apresentando severas recessões. Não demorou muito para que os irlandeses também fossem resgatados, enquanto o receio de um contágio para os outros países da Zona do Euro crescia vertiginosamente. Em novembro de 2010 85 bilhões de euros foram destinados ao país, que apresentou planos severos de corte de gastos, também se revelando altamente impopulares. (RAIDIÓ TEILIFÍS ÉIREANN, 2010).

Em maio de 2011 chegou a vez dos lusitanos, que obtiveram um resgate de 78 bilhões de euros. Em retorno o país deveria reduzir seu déficit para 5,9% em 2011, 4,5% em 2012 e 3% em 2013. O primeiro objetivo foi alcançado, mas logo em seguida o índice voltou a subir. Outros

requerimentos para o resgate incluíram cortes no setor público, aumento de impostos, mudanças na previdência social e privatizações. (THE BRITISH BROADCAST CORPORATION, 2011).

Outros países necessitaram de auxílio dessa natureza, como Espanha e Chipre, este último em duas ocasiões. Dentre os que já haviam sido socorridos, a Grécia recebeu mais um pacote de resgate, que também se demonstrou ineficiente, e em novembro de 2013 deverá ser tomada uma decisão a respeito da possibilidade de um terceiro, enquanto o país encontra sérias dificuldades para colocar em prática as reformas necessárias para a recuperação de sua economia. (STRUPCZEWSKI, 2013).

### 3.4.1 As diferenças dentro da Zona do Euro

As tristes memórias relacionadas à Segunda Guerra Mundial, aliadas às necessidades do momento da Guerra Fria e, naturalmente, interesses econômicos dos envolvidos, levaram um grande número de europeus a tencionarem movimentos de paz e unificação. Um dos maiores problemas da integração europeia é, o seu aparente sucesso, que durou mais de uma década. Durante esse tempo os países periféricos acreditavam que estavam finalmente em um patamar de igualdade com os mais desenvolvidos, e que juntos se desenvolveriam em uma sociedade europeia ainda mais avançada. (ASH, 2012).

A crise da dívida soberana serviu para revelar a fragilidade dos alicerces da UEM, bem como a necessidade do fator político de união para que se possa haver sucesso. Por não controlarem o euro, os países se encontraram em dificuldades quando precisaram emitir títulos da dívida, favorecendo a insolvência. (SOARES, 2012).

A Tabela 5 a seguir apresenta dados relativos ao desemprego de jovens em determinados países da Europa.

Tabela 5 – Desemprego para pessoas com menos de 25 anos (%)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Portugal	20,4	20,2	24,8	27,7	30,1	37,7
Irlanda	9,1	13,3	24,0	27,6	29,1	30,4
Itália	20,3	21,3	25,4	27,8	29,1	35,3

(continua)

Tabela 5 – Desemprego para pessoas com menos de 25 anos (%)

	<b>(conclusão)</b>					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Grécia	22,9	22,1	25,8	32,9	44,4	55,3
Espanha	18,2	24,6	37,8	41,6	46,4	53,2
Chipre	10,2	9,0	13,8	16,6	22,4	27,8
Alemanha	11,9	10,6	11,2	9,9	8,6	8,1
França	19,8	19,3	24,0	23,7	22,9	24,7
Reino Unido	14,3	15,0	19,1	19,6	21,1	21,0

Fonte: Eurostat, elaborada pelo autor.

Ao mesmo tempo em que os governos elevavam suas dívidas a patamares críticos, jovens pelo continente acreditavam que seus futuros estavam em boas mãos. A crise serviu para mostrar que tais ideias estavam longe da realidade, pois cada país foi afetado de maneira distinta. Enquanto na Espanha mais da metade da população jovem está desempregada, com a imprensa alardeando o termo “geração perdida”, na Alemanha esse número não passa de 10%. (GOVAN, 2012).

No momento de introdução do euro, muitos aspectos que foram identificados durante a atual crise já haviam sido previstos. Claras diferenças entre as economias dos países envolvidos no projeto já eram, então, visíveis, e taxas de juros comuns, bem como choques assimétricos despertavam questionamentos entre economistas. Uma crise da UEM era esperada, cedo ou tarde, e a visão predominante era de que tal acontecimento contribuiria, para consolidar a união política. (OVERTVELDT, 2012).

Com o passar dos anos, as diferenças entre os países da eurozona começaram a se manifestar, especialmente no que tange os países do norte, mais desenvolvidos, e os do sul, considerados periféricos. Quando os primeiros impactos chegaram, oriundos da crise estadunidense, o resultado foi ainda pior do que se imaginava. (OREIRO, 2012).

Alguns países do norte, sobretudo a Alemanha, conseguiram controlar as dívidas e o ordenamento fiscal, certos países periféricos aumentaram consideravelmente seus gastos, tanto públicos quanto privados, graças à facilidade para contração de empréstimos que era demonstrada até então. A credibilidade alcançada pela entrada desses países na zona do euro causava certas

anomalias, como gregos, espanhóis e irlandeses tomando empréstimos com taxas de juros quase tão baixas quanto a dos alemães. (ASH, 2012).

É pertinente ressaltar que a responsabilidade por tais atitudes irresponsáveis deve ser compartilhada por todos os países pertencentes ao bloco. Ainda nos anos de 2003 e 2004 a incapacidade da UE no tratamento de países desrespeitosos aos critérios de convergência ficaram explícitas. Alemanha e França apresentavam déficits superiores aos 3% do PIB. As penalidades previstas para ambos não foram colocadas em prática. (VERDUN, 2010).

No mais, a Alemanha também deve parte de seu sucesso ao insucesso dos países periféricos. A perda de autonomia para alterar taxas de câmbio fez com que a competitividade alemã aumentasse significativamente diante dos outros países, que não obtiveram benefícios de mesma proporção. Além disso os países da própria eurozona se tornaram clientes mais assíduos dos produtos alemães. (DE CARVALHO, 2012).

### **3.4.2 O euro e a crise hoje**

É impossível saber aonde a crise do euro vai encontrar seu fim. Dentre as opções disponíveis estão o colapso e a consolidação de um sistema realmente efetivo para a UEM, com passos para a união política. É estimado que um colapso geraria prejuízos enormes para os países do bloco, com perdas variando entre 7% do PIB para a Alemanha e 13% para a Grécia. (QUILTY-HARPER, 2011).

O momento em que se encontra a Europa pode ser considerado o maior teste encarado pelo método Monnet, em que a integração surge na medida em que é exigida. Resta saber se o movimento de aproximação econômica será efetivamente capaz de promover a aproximação política. Para isso, se mostram necessários catalizadores, elementos que tornem o processo mais rápido. Uma boa opção é a ameaça dos países em desenvolvimento, como Brasil, Índia e China, que podem vir a se tornar potências num futuro não muito distante. Boa parte das previsões considera que em meados da década de 2030 até mesmo a Alemanha será um país de influência moderada, e a única maneira de a Europa continuar relevante é agir em torno de princípios comuns. (ASH, 2012).

É importante destacar que a unificação europeia é um projeto concebido pelas elites, mas suportado nas memórias compartilhadas pela população. Por muito tempo a ameaça soviética

foi considerada um fator de propulsão para a integração, e isso inclusive ajuda a explicar o auxílio prestado pelos Estados Unidos durante o período, seja através do Plano Marshall, dos esforços pela unificação alemã ou até mesmo após a queda do regime soviético. (HALLER, 2008).

Da mesma maneira que a Rússia não é mais encarada como grande ameaça, os EUA também não são mais considerados os grandes aliados de outrora. Cada administração apresentou diferente tratamento ao velho continente. Desde o desinteresse de Bush até o apoio não muito contundente, embora pragmático, de Obama, quando a crise europeia passou a prejudicar seu país. Há espaço ainda para mudanças desse paradigma, caso, por exemplo, a China passe a ser vista como uma ameaça, o que poderia impulsionar uma área de livre comércio entre europeus e estadunidenses. O que se observa, no entanto, é uma tímida acomodação dos velhos parceiros diante do crescimento chinês. (ASH, 2012).

Um aspecto que continua levando países do leste europeu a desejar fazer parte da UE é o antigo desejo de fazer parte do grupo dos países mais desenvolvidos da região, desfrutando dos mesmos privilégios, como liberdade, mas também da notoriedade que o ingresso proporciona. Por mais que o projeto se encontre em fase delicada, países como a Polônia continuam interessados em adentrar a Zona do Euro, seja para ajudar na superação da crise, seja para afundar com ela. (SIKORSKI, 2012).

Enquanto França e Reino Unido são os principais responsáveis pela elaboração de políticas na área de defesa e relações exteriores, o papel de liderança no aspecto econômico foi confiado à Alemanha. Mas para isso, é importante que os alemães aceitem essa responsabilidade e passem a desenvolver seu papel. (OVERTVELDT, 2012).

Três são as principais barreiras para que isso aconteça: as já mencionadas desconfianças e lembranças de outros tempos, envoltos em conflitos; a visão de que a crise tomou lugar graças a falta de comprometimento e atitude dos países sulistas; escolha tática, em que se defende a ideia de uma influência de bastidores, pois há a crença de que quanto mais dinheiro o país injetar na economia, menos outros estarão dispostos a mudar suas políticas de gastos. (THE ECONOMIST, 2013).

As opiniões contrárias ao euro crescem na Alemanha. De acordo com pesquisas divulgadas em setembro de 2012, cerca de 65% da população acredita que o país estaria em melhores condições se nunca houvesse escolhido aceitar a moeda única. Claramente as vantagens proporcionadas ao país não foram explicadas de maneira eficiente, mas o fato de não ter tido voz

ativa quando foi tomada a decisão de fazer parte da eurozona ainda desagrada o povo alemão. (HALL, 2012).

A diferença de perspectivas entre as pessoas que tentam passar pela atual crise do euro e aquelas que tentaram passar pelos horrores da guerra também é notável. Quem viveu a década de 1940, apesar de captar os problemas da presente conjuntura, sabe que a situação ainda está longe daquilo que já foi presenciado. Os jovens de hoje em dia apenas observam perplexos a situação desastrosa, sem que possam ter padrões de comparação para despertar algum otimismo. Enquanto os primeiros foram do desastre à prosperidade, os últimos percorreram o caminho inverso. (ASH, 2012).

Para conquistar o suporte dos cidadãos europeus, há necessidade de mais que apenas o medo de uma Europa pós-euro, ou o princípio de Monnet. Novos motivadores são imprescindíveis, em todos os níveis de influência, para que as instituições que já foram criadas não percam sua legitimidade, evitando que o projeto entre para a história como algo que encontrou seu apogeu pelos idos de 2005, na mais audaciosa tentativa de unir um continente que não quer ser unido.

Com o intuito de evitar que isso aconteça, no próximo capítulo serão trabalhadas as políticas e iniciativas europeias para superar a situação de crise e incentivar o desenvolvimento do continente no longo prazo.

#### 4. MEDIDAS DE COMBATE À CRISE DA ZONA DO EURO

O capítulo que se segue tem por objetivo descrever parte das ações e políticas elaboradas pelas autoridades da Zona do Euro afim de solucionar a crise, além de promover o desenvolvimento e a sustentabilidade do projeto de integração. Essa etapa da pesquisa é elementar para atender aos requisitos da proposta original, criando assim uma possibilidade de conclusão.

Tendo em vista a situação que se desenvolveu pelo continente europeu, com altos índices de déficit, dívida e desemprego, a manutenção da UEM passou a depender dos esforços no sentido de aproximação. As iniciativas de emergência não foram capazes de evitar a desconfiança dos mercados, ou a reestruturação das finanças na região, portanto a presente etapa da pesquisa diz respeito às medidas que surgiram dessa aproximação.

Em princípio serão tratados os programas temporários de estabilização, voltados à necessidade mais imediata de suplantar a crise financeira. Em seguida será apresentado o mecanismo permanente para estabilização, voltado a promoção e manutenção do equilíbrio e confiança financeiros dentro da União. Ao fim serão colocados as propostas de política regional e de coesão, bem como os fundos que às sustentam.

##### 4.1 PROGRAMAS TEMPORÁRIOS DE ESTABILIZAÇÃO

A grande pressão do mercado exigiu respostas por parte da Zona do Euro. Em maio de 2010 foi desenvolvido um programa de socorro composto de três camadas, que envolvia representantes de todos os Estados da UE, do BCE, da Comissão Europeia e também do FMI. Um fundo de 750 bilhões de euros foi criado para auxiliar as nações que se encontravam em dificuldades. (OVERTVELDT, 2012).

A primeira camada foi dividida em duas partes, sendo que a mais importante é o Fundo Europeu de Estabilização Financeira – FEEF, cujo papel era fornecer 440 bilhões de euros, garantidos pelos países da eurozona. A segunda parte é uma linha de crédito supranacional, o Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira – MEEF, que oferecia 60 bilhões de euros.

A segunda camada ficou sob encargo do FMI, que forneceu 250 bilhões de euros, e a terceira camada foi o aceite, por parte do BCE, do papel de intervir no mercado para coibir calotes e maiores desestabilizações.

#### 4.1.1 Fundo Europeu de Estabilização Financeira – FEEF

O Fundo Europeu de Estabilização Financeira foi criado pelos países da eurozona em maio de 2010, de acordo com as decisões do conselho ECOFIN. Seu principal objetivo é a preservação da estabilidade da UEM, provendo assistência financeira temporária aos Estados-membros, quando tais medidas se mostrarem necessárias. Em suma, funciona como um banco, que fornece empréstimos aos países que dele necessitarem. (EUROPEAN FINANCIAL STABILITY FACILITY).

Tecnicamente uma corporação privada com sede em Luxemburgo, o FEEF se utiliza da venda de títulos ou outros instrumentos da dívida para se capitalizar, e em seguida fornecer empréstimos, que são garantidos pelos outros Estados-membros da UEM. Sua capacidade de empréstimo é de 440 bilhões de euros, com garantia assegurada em até 724,47 bilhões. (BUNDESMINISTERIUM DER FINANZEN) (EUROPEAN FINANCIAL STABILITY FACILITY).

A Tabela 6 abaixo fornece dados relativos à participação de cada país da Zona do Euro no capital do FEEF.

Tabela 6 – Contribuições para o capital do FEEF (%) – 30 de abril de 2013

Áustria	2,9869	Itália	19,2233
Bélgica	3,7313	Luxemburgo	0,2687
Chipre	0,00	Malta	0,0972
Estônia	0,2754	Países Baixos	6,1350
Finlândia	1,9289	Portugal	0,00
França	21,8762	Eslováquia	1,0666
Alemanha	29,1309	Eslovênia	0,5058
Grécia	0,00	Espanha	12,7739
Irlanda	0,00	Total	100,00

Fonte: European Financial Stability Facility, elaborada pelo autor.

Inicialmente os membros da Zona do Euro deveriam contribuir para o FEEF com quantias relativas às suas participações no capital do BCE. No entanto, para evitar baixas



classificações por parte das agências de *rating*, os Estados em melhores condições financeiras foram obrigados a oferecer montantes adicionais, pois os países em dificuldade naturalmente não teriam condições de auxiliar a formação desse mecanismo. (OVERTVELDT, 2012).

Além disso, as mesmas agências destacaram que, para não sofrer rebaixamentos, o mecanismo não poderia oferecer quantias superiores às contribuições dos membros em melhores condições, isso significava que apenas 255 bilhões de euros poderiam ser emprestados (algumas fontes divergem para 225 bi). (OVERTVELDT, 2012) (ROWLEY, 2011).

Para conseguir um empréstimo do FEEF, o país precisa passar por uma minuciosa avaliação composta de diversas etapas. A primeira delas é a não capacidade de tomar empréstimos pelos meios convencionais, ou seja, a perda de confiança do mercado na capacidade do Estado de honrar seus compromissos. Em seguida a Comissão Europeia e o FMI analisarão os resultados financeiros da parte interessada, que então deverá ter seu requerimento aceito com unanimidade pelos membros da eurozona. Para que todas essas considerações sejam feitas o tempo necessário pode chegar a um mês. (KOBÁ, 2011).

O mecanismo foi utilizado pela primeira vez em janeiro de 2011, tendo a Irlanda<sup>23</sup> como beneficiada. Para receber auxílio do fundo os irlandeses foram obrigados a concordar com severas medidas de austeridade e disciplina fiscal. O programa desenvolvido para o país foi composto por um total de 85 bilhões de euros em empréstimos para estabilizar o setor financeiro. 17,5 bilhões viriam do próprio país, ao que os 67,5 bilhões restantes foram divididos entre FMI (22,5 bi), MEEF (22,5 bi), FEEF (17,7 bi), e empréstimos bilaterais por parte do Reino Unido (3,8 bi), Dinamarca (0,4 bi), e Suécia (0,6 bi). (EUROPEAN FINANCIAL STABILITY FACILITY).

Em julho de 2011 os líderes europeus concordaram no aumento das competências atribuídas ao FEEF. A partir daquele momento foi possível auxiliar os países com empréstimos de precaução, antes do repúdio por parte do mercado. Além disso foi criada a possibilidade de recapitalizar instituições financeiras e adquirir títulos de dívida no mercado secundário, ou seja, adquirir a dívida que já estava no mercado. (ROWLEY, 2011).

---

<sup>23</sup> Por muito tempo apresentado como modelo das virtudes da liberalização, o “Tigre Celta” tinha, até 2007, uma das dívidas soberanas mais baixas da União Europeia e a maior taxa de crescimento entre os países que adotam a moeda única. Além disso, a Irlanda tinha conseguido alcançar o segundo maior PIB *per capita* da Europa, atrás de Luxemburgo. O dinamismo da economia irlandesa repousava sobre as falhas da construção institucional da União Europeia, que não prevê a harmonização fiscal [...] A Irlanda optou por se posicionar na Europa como um paraíso fiscal [...] ao fixar o imposto sobre as pessoas jurídicas em 12,5% (contra 30% aplicados na Alemanha e 34% na França). (FARHI, 2012, p. 151).

Em seguida foi a vez de Portugal e Grécia também apresentarem a necessidade de resgates com recursos do FEEF. O programa para os lusitanos foi mencionado brevemente no capítulo anterior, e incluía empréstimos no valor de 78 bilhões de euros, sob a condição da prática de diversas medidas objetivando a diminuição do déficit. Os valores dos empréstimos foram divididos igualmente entre FMI, MEEF e FEEF, com cada mecanismo ficando responsável pelo valor de 26 bilhões de euros. (EUROPEAN FINANCIAL STABILITY FACILITY).

Aos gregos já havia sido resgatados em 2010 com um pacote de 110 bilhões de euros, mas não chegaram a ter acesso ao total desse montante. Os 24,4 bilhões de euros restantes foram então colocados sob responsabilidade do FEEF, e incluídos no novo plano assistencial, aprovado em fevereiro de 2012. Para esse caso, o total de recursos disponibilizados foi de 172,6 bilhões de euros, divididos entre setores privados (30 bi), FEEF, já contabilizando os recursos remanescentes do plano anterior (109,1 bi), FMI (28 bi) e também foram incluídos juros acumulados de 5,5 bi. (EUROPEAN FINANCIAL STABILITY FACILITY).

Atualmente o FEEF não possui capacidade de se engajar em novos programas de financiamento ou empréstimo, embora continue responsável por aqueles que continuam em andamento (Irlanda, Portugal e Grécia). Quando suas atividades chegarem ao fim, o mecanismo será extinto, com suas funções sendo desenvolvidas por uma nova estrutura, essa sim, de caráter permanente. (EUROPEAN FINANCIAL STABILITY FACILITY).

#### **4.1.2 Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira – MEEF**

Desenvolvido para fornecer assistência financeira aos Estados-membros da UE, esse mecanismo permite à Comissão Europeia tomar empréstimos de até 60 bilhões de euros no mercado, tendo como garantia o próprio orçamento da União, dado o seu caráter supranacional. Esses montantes serão então direcionados aos países necessitados. Haverá a possibilidade de auxílio apenas depois de o país interessado reconhecer a sua necessidade, bem como fornecer os dados requeridos para avaliação da Comissão e do BCE. (EUROPEAN COMMISSION).

É pertinente destacar que enquanto o FEEF foi disponibilizado apenas para Estados da Zona do Euro, o MEEF poderia, em tese, ser utilizado no auxílio de qualquer país da UE. Suas principais funções eram duas: preservar a sustentabilidade das finanças públicas de países

severamente endividados e em seguida restaurar a confiança do mercado nesses países. (OLIVARES-CAMINAL, 2011).

O Estado interessado em um programa de assistência financeira do MEEF deveria discutir sua situação com membros da Comissão Europeia, bem como do BCE, submetendo propostas com políticas de ajustes econômicos a serem aplicados. Feito isso, a Comissão iniciaria debates com o intuito de elaborar uma proposta ao Conselho Europeu, que então tomaria a decisão de acordo com a maioria qualificada de 73.9% dos votos. (OLIVARES-CAMINAL, 2011).

Para que um pacote de amparo seja aprovado, o país interessado deve se encontrar em situação financeira adversa, causada por elementos que estejam além do seu próprio alcance. Quanto tais condições são reconhecidas, a assistência pode ser efetuada em forma de empréstimo direto ou linha de crédito, permitindo a retirada de quantias pré-estipuladas dentro de um tempo específico. (EUROPEAN COMMISSION).

Como observado na Tabela 7, os Estados beneficiados pelo MEEF foram Irlanda e Portugal, com empréstimos no valor de 43,8 bilhões de euros (21,7 bi para os irlandeses e 22,1 bi para os portugueses), sistematicamente distribuídos entre os anos de 2011 e 2012.

Tabela 7 – Recursos do MEEF distribuídos entre 2011 e 2012

(continua)

Quantia	País Beneficiado	Data de Desembolso
€ 5,0 bi	Irlanda	Janeiro/2011
€ 3,4 bi	Irlanda	Março/2011
€ 4,75 bi	Irlanda (3,0 bi) / Portugal (1,75 bi)	Maio/2011
€ 4,75 bi	Portugal	Junho/2011
€ 5,0 bi	Portugal	Setembro/2011
€ 4,0 bi	Irlanda (2,0 bi) / Portugal (2,0 bi)	Setembro/2011
€ 1,1 bi	Irlanda (0,5 bi) / Portugal (0,6 bi)	Outubro/2011
€ 3,0 bi	Irlanda (1,5 bi) / Portugal (1,5 bi)	Janeiro/2012
€ 3,0 bi	Irlanda	Março/2012
€ 1,8 bi	Portugal	Abril/2012
€ 2,7 bi	Portugal	Maio/2012
€ 2,3 bi	Irlanda	Julho/2012

Tabela 7 – Recursos do MEEF distribuídos entre 2011 e 2012

<b>(conclusão)</b>		
Quantia	País Beneficiado	Data de Desembolso
€ 3,0 bi	Irlanda (1,0 bi) / Portugal (2,0 bi)	Outubro/2012
€ 4,7 bi <sup>24</sup>	Irlanda (0,8 bi) / Portugal (3,9 bi)	2013
€ 48,5 bi	Irlanda (22,5 bi) / Portugal (26,0 bi)	Total (2011-2013)

Fonte: European Commission, elaborada pelo autor.

Para 2013 é previsto o desembolso de 4,7 bilhões de euros (0,8 para os irlandeses e 3,9 para os portugueses), assinalando o fim das atividades desempenhadas pelo MEEF. A partir de 01 de Julho de 2013 o Mecanismo Europeu de Estabilidade, objeto do próximo subcapítulo, se tornou a única estrutura com respaldo para atender novas solicitações de Estados com dificuldades financeiras, no âmbito da Zona do Euro. (EUROPEAN COMMISSION) (EUROPEAN STABILITY MECHANISM).

#### 4.2 PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO PERMANENTE: O MECANISMO EUROPEU DE ESTABILIDADE - MEE

Após o fracasso nas tentativas de auxílio a Grécia, os países europeus concluíram que um mecanismo permanente para o crescimento sustentável da eurozona era necessário. O Tratado que estabeleceu o MEE foi assinado pelos Ministros das Finanças de todos os países da eurozona em julho de 2011, e uma segunda versão prevendo modificações no intuito do melhoramento do mecanismo foi aprovada em fevereiro de 2012. (EUROPEAN STABILITY MECHANISM) (DEUTSCHE WELLE, 2012).

Em setembro do mesmo ano o Tratado entrou em vigência, e o MEE foi inaugurado em outubro. Atualmente se encontra totalmente operacional, iniciando suas atividades detendo 700 bilhões de euros em fundos (sendo que 80 bi se encontram integralizados), e recebendo a nota máxima das agências de *rating*. Desse montante, poderão ser emprestados até 500 bilhões de euros, com o restante sendo retido para o caso seja necessário reembolsar algum investidor. (EUROPEAN COMMISSION).

---

<sup>24</sup> Valores estimados.

O MEE é o mecanismo permanente para auxiliar os países da Zona do Euro no enfrentamento de crises. Seu objetivo é promover a estabilidade através de instrumentos de assistência financeira. Para isso, o MEE é capaz de levantar fundos através da venda de títulos ou ainda organizando acordos com os países membros, instituições financeiras e terceiros, de modo geral. (EUROPEAN STABILITY MECHANISM).

A criação do MEE foi recebida com entusiasmo pela comunidade política europeia, e tratada como um importante passo para o futuro da UEM. Dentre as ações do fundo se destacam os planos de prevenção à dificuldades financeiras (através de linhas de crédito), a compra de títulos de dívida soberana e também disponibilização de recursos em forma de empréstimos para países que se encontrarem em dificuldades, bem como a recapitalização de instituições financeiras. (BUNDESMINISTERIUM DER FINANZEN).

A exemplo do FEEF, o MEE é sediado em Luxemburgo, mas ao contrário do primeiro, não tem caráter de corporação privada, sendo uma organização intergovernamental sob a jurisdição da lei pública internacional. Outra semelhança notável são as contribuições para o MEE, baseadas nas quantias que os membros da Zona do Euro cedem em ao BCE. Países com PIB per capita menor que 75% da média da União serão beneficiados temporariamente (12 anos) por uma medida retificadora. (EUROPEAN STABILITY MECHANISM).

A Tabela 8 abaixo fornece dados a respeito da participação de cada país da Zona do Euro no capital do MEE.

Tabela 8 – Contribuições para o capital do MEE (%) – 21 de outubro de 2013

Áustria	2,783	Itália	17,914
Bélgica	3,477	Luxemburgo	0,250
Chipre	0,196	Malta	0,073
Estônia	0,186	Países Baixos	5,717
Finlândia	1,797	Portugal	2,509
França	20,386	Eslováquia	0,824
Alemanha	27,146	Eslovênia	0,428
Grécia	2,817	Espanha	11,904
Irlanda	1,592	Total	100,00

Fonte: European Stability Mechanism, elaborada pelo autor.

O processo decisório do MEE envolve os Ministros das Finanças de todos os países da eurozona, com poder de voto, além do Comissário Europeu de Assuntos Econômicos e Monetários e do Presidente do BCE como observadores. As decisões de caráter fundamental, como, por exemplo, a provisão de assistência a um membro em dificuldades, devem ser tomadas de maneira unânime. Demais resoluções serão efetuadas pela maioria qualificada de 80%, com cada país-membro igualmente representado. O Tratado inclui ainda um procedimento para medidas emergenciais, que permite ações de cunho assistencial quando a maioria qualificada de 85% for atingida. (BUNDESMINISTERIUM DER FINANZEN).

Segundo Olivares-Caminal (2011), o procedimento para a aprovação de um programa de assistência financeira aos Estados da Zona do Euro em dificuldade envolve oito etapas, que serão expostas a seguir:

A primeira etapa é a requisição formal de um pedido de assistência. Em seguida, durante a segunda etapa, a Comissão Europeia, juntamente com o BCE e, quando oportuno, com o FMI, avaliam o impacto das dificuldades do país requisitante para a eurozona, bem como a sua capacidade em sustentar a dívida soberana e os meios assistenciais indicados para tratar da situação que se apresenta. Durante a terceira etapa os Ministros das Finanças da eurozona decidem pela aprovação do plano de auxílio. Como anteriormente mencionado, na maior parte dos casos a unanimidade é necessária, salvo planos emergenciais.

No decorrer da quarta etapa as condições para a assistência são estabelecidas pelas partes competentes, Comissão Europeia, BCE e FMI. É então elaborado um Memorando de Entendimento<sup>25</sup> detalhando os requisitos determinados. Normalmente são requeridos cortes de gastos, responsabilidade fiscal e políticas de crescimento. Uma vez que o Memorando de Entendimento é aprovado pelos Ministros das Finanças da eurozona, é alcançada a quinta etapa, caracterizada pela ratificação do plano assistencial. A sexta etapa é o estabelecimento de um formato de desembolso para os recursos de amparo.

Para a sétima etapa o MEE estabelece um sistema de advertências para auxiliar na certificação de que os recursos serão retornados dentro do prazo pactuado. Por fim, durante a oitava

---

<sup>25</sup> Os Memorandos de Entendimento (MOUs - Memorandum of Understanding) são acordos de cooperação e troca de informações firmados entre reguladores de valores de diversos países [e organizações supranacionais] do mundo, cuja natureza varia desde a troca de informações públicas (aspectos regulatórios, dados sobre empresas) até o intercâmbio de informações sigilosas, para fins investigativos. (PORTAL DO INVESTIDOR).

etapa a Comissão Europeia, o BCE e o FMI são encarregados da atividade de monitorar o cumprimento das políticas acordadas pelo programa de assistência. Todas as datas de desembolso, bem como alterações do pacto, serão sujeitas à apreciação dos Ministros das Finanças, devendo ser aprovadas com unanimidade.

O mecanismo foi utilizado pela primeira vez em junho de 2012, quando a Espanha efetuou um pedido formal de auxílio, que seria direcionado à recapitalização do setor financeiro do país. O valor requerido foi de 100 bilhões de euros, a ser retirado em parcelas. Após minuciosa avaliação das instituições e órgãos competentes, a quantia foi considerada apropriada. (EUROPEAN STABILITY MECHANISM).

Foi constatado que os espanhóis se encontravam em um nível avançado da implementação de reformas fiscais de trabalhistas, que possibilitavam a transmissão de confiança de que o país seria capaz de honrar seu compromisso. O condicionamento do auxílio foi então direcionado à reestruturação do setor financeiro. (CONSILIUM).

Até o presente momento foram retirados cerca de 41 bilhões de euros, dos 100 disponibilizados aos espanhóis, ao que os analistas da Comissão Europeia concluíram, em julho de 2013, que novas distribuições são improváveis, dada a presente situação apresentada no país. (EUROPEAN STABILITY MECHANISM).

O segundo, e até então último caso de assistência efetuado pelo MEE, foi encaminhado à Chipre. O objetivo é a restauração da estabilidade financeira, com a necessidade da redução do tamanho do setor financeiro para um patamar sustentável, bem como a capacitação de crescimento e adequação das contas públicas. O valor acordado para auxílio aos cipriotas foi de 10 bilhões de euros, (9 bi por parte do MEE, 1 bi por parte do FMI) a serem retirados no período de 2013 a 2016. (EUROPEAN STABILITY MECHANISM).

Autoridades europeias reconheceram os esforços do país na tentativa de estabilizar o setor financeiro, atingir os propósitos fiscais e efetuar reformas estruturais. Entretanto, devido às adversas previsões para o curto prazo, que estão envoltas em incertezas, a implementação contínua de políticas eficientes se mostra essencial para o sucesso do programa. A recapitalização do Banco de Chipre teve impacto significativo na restauração da confiança internacional para com o Estado cipriota. (CONSILIUM).

A seguir serão expostas políticas que abrangem não apenas a estabilização, mas também a evolução da integração europeia de modo geral, ao trabalhar para melhorar as condições

de vida para seus cidadãos, ao mesmo tempo em que procura promover saídas sustentáveis para a crise.

#### 4.3 POLÍTICAS REGIONAIS E DE COESÃO

As políticas regionais e de coesão são iniciativas da UE para superar a desigualdade entre seus países membros, bem como estimular a integração e a troca de experiências, possibilitando assim o desenvolvimento da comunidade como um todo. Após os desdobramentos da primeira década do século XXI, tais regimes também passaram a ser uma importante iniciativa para a superação da crise no continente. (HAHN, 2013).

Sua implementação possibilita maior velocidade na tomada de decisões, com os procedimentos se tornando menos onerosos e burocráticos. A elaboração de programas passou a ser direcionada às prioridades da região, com iniciativas conjuntas de combate ao desemprego e oferecimento de recursos não apenas aos grandes atores mas também aos pequenos empresários. (EUROPEAN COMMISSION).

Segundo European Commission, essas políticas são pautadas em quatro alicerces:

O primeiro é a concentração, tanto de recursos quanto de gastos e esforços. Na prática, isso significa maiores quantias sendo fornecidas às regiões que delas necessitam, investimentos sendo canalizados a áreas importantes, como inovação, transferência de tecnologia, comunicação, informação e recursos humanos. O segundo alicerce é a programação de gastos relacionados a projetos que tenham seu alcance voltado à UE, e não apenas aos países de modo individual.

O terceiro alicerce é a parceria que envolve a criação e prática de cada programa, passando por diversos níveis de autoridades, desde representantes da União quanto dos locais em que as decisões serão relevantes. O quarto alicerce é o fator de adição, que significa a não substituição dos gastos nacionais, e sim um complemento.

Durante o ano de 2000 foi lançado o programa conhecido como Estratégia de Lisboa. Com duração planejada de dez anos, a proposta auxiliou na percepção da necessidade de reestruturação para a UE. Além disso, foi capaz de trazer benefícios palpáveis à população, como aumento de empregos e crescimento. Entretanto, não foi capaz de evitar que a crise se alastrasse pelo continente, pois as reformas propostas foram implementadas lentamente e de maneira desigual em cada país. (EUROPEAN COMMISSION).



Dentre suas falhas são destacadas a falta de reconhecimento da interdependência como elemento primordial à integração, bem como a dificuldade de interação entre as instituições da UE. Dito isso, é possível identificar a comunicação e o baixo poder de governança como motivadores do insucesso de parte das propostas de Lisboa, fatores que deverão ser corrigidos no programa sucessor, denominado Europa 2020. (EUROPEAN COMMISSION).

#### **4.3.1 A estratégia Europa 2020**

O projeto Europa 2020 foi planejado com base na análise dos sucessos e fracassos de seu antecessor, procurando alterar aquilo que não teve o funcionamento planejado e manter os aspectos que apresentaram resultados satisfatórios. Com duração de 2010 a 2020, é notável o trabalho com objetivo de reconhecer as mudanças que se apresentaram no continente durante a primeira década do século XXI, e o grau de influência destas sobre os países da região. (EUROPEAN COMMISSION).

Proposta em 2010, a estratégia tem o intento de possibilitar uma saída sustentável para a situação crítica em que o território europeu se encontra. Uma vez que a integração deu preferência aos aspectos econômicos, em detrimento das dimensões políticas, a Comissão Europeia reconheceu a necessidade de efetuar correções pontuais nessa composição de fatores com o intuito de possibilitar melhores alternativas de combate à crise financeira, bem como melhores oportunidades de adaptação ao processo de globalização. (EUROPEAN COMMISSION).

Para isso, seus objetivos foram pautados na coesão, mais especificamente em três principais propriedades: crescimento inclusivo, desenvolvendo um arcabouço econômico que comporte altos níveis de empregabilidade, resultando em maior igualdade social; crescimento sustentável, com investimento em energias renováveis e eficientes; crescimento inteligente, com maiores aplicações em inovação e conhecimento. (ZULEEG; RODRIGUES, 2011).

Uma vez estabelecidas as áreas de concentração para a estratégia, foram também definidos os patamares desejados para o continente ao final do programa. A Tabela 9 abaixo fornece dados a respeito do cumprimento dos objetivos do projeto Europa 2020.

Tabela 9 – Progresso de objetivos – Europa 2020

	2008	2009	2010	2011	2020
Empregabilidade (20-64 anos)	70,3	69,0	68,5	68,6	75
Evasão escolar	14,8	14,3	14,0	13,5	10
População com ensino superior completo	31,0	32,2	33,5	34,6	40
PIB investido em inovação	1,92	2,01	2,0	2,03	3
Redução da emissão de gases (100% é relativo a 1990)	90,29	83,74	85,72	83,03	80
Consumo de energias renováveis (em relação ao total)	10,4	11,6	12,5	13,0	20

Fonte: Eurostat, elaborada pelo autor.

Pelo menos 75% da população entre 20 e 64 anos deve estar empregada, bem como a 20 milhões de pessoas, ou mais, devem ser retiradas da linha de pobreza. Um investimento de 3% do PIB da UE é esperado para os campos de pesquisa e desenvolvimento (inovação). (EUROPEAN COMMISSION).

A evasão escolar não deve ultrapassar a marca de 10%, ao que 40% ou mais da população europeia deve ter completado alguma espécie de curso superior. No âmbito da mudança climática, uma redução de 20% da emissão de gases prejudiciais é esperada, em comparação com os índices apresentados em 1990. É também esperado o alcance do patamar de 20% de energia renovável, em relação ao total consumido pela União. (EUROPEAN COMMISSION).

#### 4.3.1.1 Europa 2020 e os esforços para superar a crise financeira

Após massivas injeções de liquidez no sistema financeiro, colaborações entre governos e instituições bancárias como nunca antes observadas e políticas emergenciais praticadas de maneira recorrente, é possível reconhecer que, embora necessárias, essas ações não promoveram uma solução efetiva para o fim da crise. A Europa necessita de algo mais, uma saída que possa ser ao mesmo tempo abrangente e realizável. (EUROPEAN COMMISSION).

A sustentabilidade do sistema financeiro precisa ser restaurada, e para isso uma reforma é essencial. Essa reestruturação deve atender a cinco objetivos principais: aumento da supervisão; promoção da transparência e maior regulação; elaboração de um único instrumento capaz de analisar os dados contábeis da Europa; fortalecer a capacidade de governança das instituições financeiras para lidar com os riscos, diminuir a possibilidade de uma nova crise no futuro através de políticas de prevenção. (EUROPEAN COMMISSION).

Outro aspecto a ser considerado é a eficiência na gestão de finanças públicas, desenvolvendo as condições necessárias para que os programas de estabilização possam ser encerrados e os Estados mais uma vez detenham a capacidade de autonomia, não apenas momentaneamente, mas observando o longo prazo. Para isso, mudanças nos programas de previdência, saúde pública e educação se mostram cruciais. (ZULEEG; RODRIGUES, 2011).

Não menos importante é o fortalecimento das políticas de interdependência promovidas pela UEM. Se por um lado o padrão monetário único evitou que os Estados da eurozona estivessem sujeitos a grandes desestabilizações cambiais, por outro lado ele promoveu padrões desiguais de desenvolvimento, afetando cada país de maneira diferente, possibilitando o aparecimento de anomalias entre níveis de dívida soberana, crescimento e finanças de modo geral. (EUROPEAN COMMISSION).

Em consonância com o projeto Europa 2020, outras iniciativas políticas regionais e de coesão foram redirecionados para a superação da crise e o cumprimento dos objetivos dentro do prazo estipulado. Esses instrumentos são os Fundos Estruturais e o Fundo de Coesão, que serão apresentados adiante.

#### **4.3.2 Financiamento de políticas regionais e de coesão: Os Fundos Estruturais e de Coesão**

Desenvolvidos para sustentar políticas regionais e de coesão, reduzir disparidades e estimular o desenvolvimento europeu, os principais fundos estruturais são o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – FEDER, criado em 1975, e o Fundo Social Europeu – FSE, criado em 1958. O Fundo de Coesão, por sua vez, foi criado em 1994. Esses fundos movimentaram, entre os anos de 2007 e 2013, o montante de 348 bilhões de euros (278 bi para os Fundos Estruturais e 70 bi para o Fundo de Coesão). (EUROMOVE).

Para o mesmo período, foram atribuídas ao FEDER três metas de intervenção: convergência, procurando estimular as regiões europeias no desenvolvimento e diversificação de suas economias; competitividade regional e empregabilidade, tratando de incentivar a inovação e o conhecimento, a prevenção de agressões à natureza e o acesso aos serviços de transporte e telecomunicação; cooperação territorial dentro da Europa, fortalecendo relações transfronteiriças, a colaboração transnacional e a troca de experiências. (EUROPEAN COMMISSION).

O FSE, por sua vez, foi responsabilizado pelo melhoramento das oportunidades de trabalho dentro da UE. Para isso, sua área de intervenção é dividida em quatro pontos principais: adaptação de trabalhadores e companhias, buscando alternativas e inovações para a dinâmica organizacional; acesso ao emprego para quem dele necessita; combate à discriminação no mercado de trabalho e por fim o investimento no trabalhador, através de ensino e treinamento. (EUROPEAN COMMISSION).

O Fundo de Coesão tem suas atividades direcionadas aos Estados da UE com o PIB per capita em patamares inferiores a 90% da média regional. Objetiva o financiamento de atividades no âmbito do transporte entre países do bloco, bem como o melhor aproveitamento de energia, especialmente no que tange o combate à poluição e o desperdício. Para o período de 2007-2013 os países beneficiados por programas dessa alçada foram Bulgária, Chipre, República Tcheca, Estônia, Grécia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia, Portugal, Romênia, Eslováquia e Eslovênia. (EUROPEAN COMMISSION).

Embora as propostas trabalhadas por esses mecanismos tenham como data limite o ano de 2013, ainda em 2011 a Comissão Europeia passou a debater o programa sucessor, que será colocado em prática no período entre 2014 e 2020. Os Fundos Estruturais e o Fundo de Coesão têm em vista a superação da crise, além de uma aproximação com as metas do programa Europa 2020, como poderá ser constatado a seguir. (EUROPA).

#### 4.3.2.1 O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – FEDER: 2014-2020

A UE continua a apresentar graus consideráveis de disparidade entre seus membros, situação que foi agravada pela crise financeira. Empregabilidade, desenvolvimento e produtividade são exemplos de destaque, e o FEDER tem papel fundamental na correção dessas

características indesejáveis. É o maior mecanismo de financiamento voltado ao ajuste estrutural e desenvolvimento no continente. (EUROPEAN COMMISSION).

Seu funcionamento depende de projetos desenvolvidos no âmbito nacional e regional, que serão metodicamente escolhidos pelas autoridades para serem custeadas de acordo com os montantes disponibilizados pelo fundo. Todos os países membros da UE são elegíveis para participação no programa, embora os valores a eles destinados sejam variáveis. (ENERGIE CITÉS).

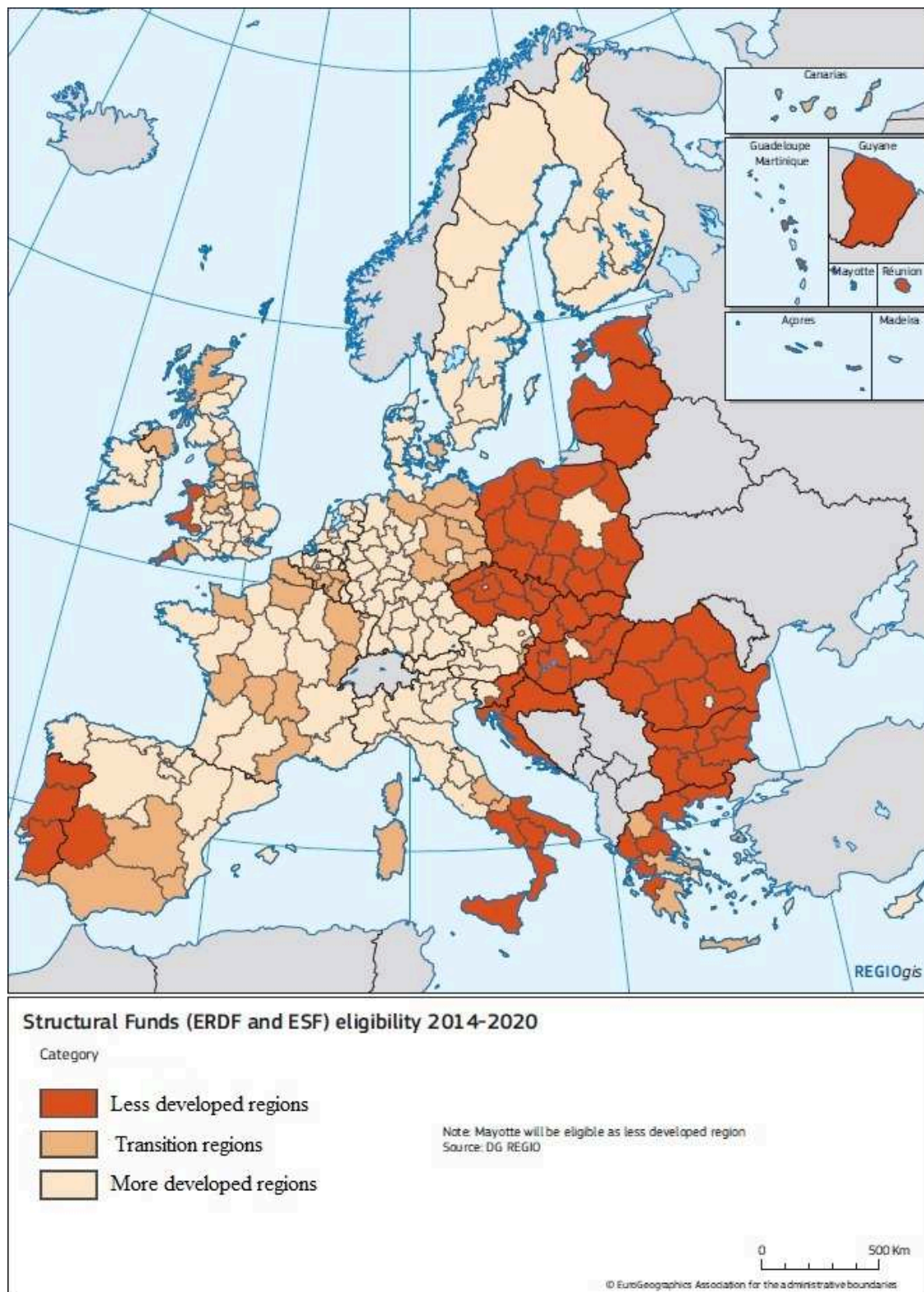
Para o período em questão, o FEDER pretende concentrar suas atividades em projetos que sejam relevantes ao cumprimento dos objetivos propostos pelo programa Europa 2020, sobretudo no melhor aproveitamento de matrizes energéticas e o desenvolvimento da sustentabilidade. Além disso, serão estimulados o desenvolvimento urbano e a integração regional. O orçamento destinado ao projeto é de até 183,3 bilhões de euros. (EUROPEAN COMMISSION).

#### 4.3.2.2 O Fundo Social Europeu – FSE: 2014-2020

Os altos índices de desemprego são a preocupação primordial a ser tratada pelo FSE. O escopo do fundo será voltado para desenvolver as condições necessárias para que as pessoas que se encontram desempregadas possam voltar a trabalhar. Para isso, haverá investimento na mobilidade de trabalhadores pelo continente, bem como na especialização de indivíduos através da educação. (INEQUALITY WATCH).

É esperado que o programa contribua para os aspectos de coesão definidos pelo Europa 2020, valorizando a situação do trabalhador e reduzindo a incidência de pobreza no continente, ao mesmo tempo em que se exige maior comprometimento por parte dos governantes da região. Grande ênfase também é dada no combate aos preocupantes índices de desemprego para as populações jovens, especialmente nos países afetados pela crise da Zona do Euro, como Espanha e Grécia, além da resistência dos mercados na absorção da mão de obra imigrante e a busca da igualdade de gênero. Os valores destinados ao fundo serão de, no mínimo, 84 bilhões de euros. (EUROPEAN COMMISSION).

Figura 2 – Países elegíveis para programas dos Fundos Estruturais (FEDER e FSE)



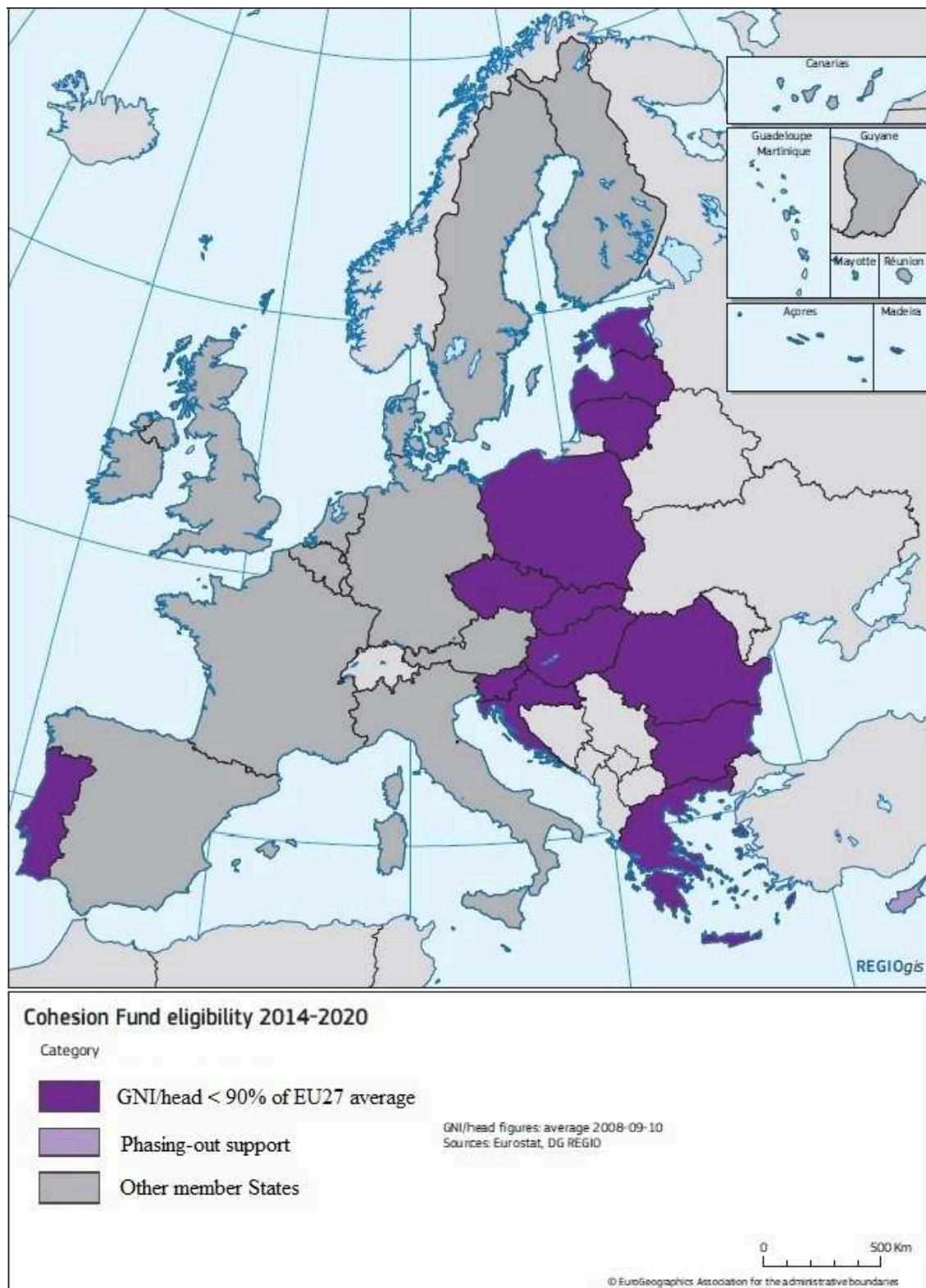
Fonte: European Commission.

#### 4.3.2.3 O Fundo de Coesão: 2014-2020

Como já mencionado, as grandes diferenças entre países membros da UE atingem as áreas de desenvolvimento, empregabilidade e produtividade. Um dos papéis do Fundo de Coesão é a correção desses problemas, principalmente auxiliando na integração de Estados que passaram a fazer parte da União nos últimos anos. Para o intervalo exposto, os beneficiados serão Bulgária, Chipre, República Tcheca, Estônia, Grécia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia, Portugal, Romênia, Eslováquia, Eslovênia e Croácia. (ALEXANDRA, 2013).

Dotado de um orçamento na ordem de 68,7 bilhões de euros, seus recursos serão direcionados para grandes projetos nacionais de infraestrutura, especialmente nos âmbitos ambiental e de transportes. Ao trabalhar com esses temas, a exemplo dos dois outros mecanismos supracitados, auxiliará na conquista dos objetivos propostos pelo Europa 2020, além de contribuir para a superação da crise. (EUROPEAN COMMISSIO).

Figura 3 – Países elegíveis para receber recursos do Fundo de Coesão



Fonte: European Commission.



#### 4.4 PERSPECTIVAS PARA A ZONA DO EURO

As principais medidas propostas pela UE com o objetivo de superar a crise na eurozona são voltadas ao combate às disparidades, aliado a uma maior regulamentação do sistema financeiro e ao aumento da integração entre seus países-membros. Apenas a disponibilização de resgates e ações emergenciais não serão capazes de reverter o quadro apresentado, com perspectivas de longo prazo sendo necessárias, afim de construir uma comunidade duradoura e sustentável.

Uma vez que os Estados compositores da União tenham abdicado de parte de sua soberania, fator que foi aprofundado com a criação da UEM e implementação da moeda única, é natural que a solução para a crise envolva esforços comunitários, e não apenas individuais. A crise não é da Grécia, da Espanha ou da Irlanda, é uma crise de todos, que precisa ser superada por todos, através de esforços em todos os níveis e canais. Essa interdependência exige um comprometimento na formação das políticas econômicas, e sobretudo monetárias.

É significativo destacar o caráter de previsibilidade no comportamento da UE ao lidar com essa crise financeira. Por mais que suas ações se mostrem infrutíferas no longo prazo, a resposta oferecida às adversidades é maior integração, maior coesão e aproximação de modo geral. Isso evidencia a seriedade e o comprometimento com que as dificuldades são e serão tratadas no futuro pela União.

Retomando a Interdependência Complexa de Keohane e Nye, é possível identificar na União uma grande quantidade de canais que se comunicam para a elaboração das políticas dentro dessa “sociedade”. Os diversos níveis de comunicação são impulsionados pela globalização, que ao sintetizar quase a totalidade dessas relações acaba por tornar complexa qualquer tentativa de análise.

Tratando de algo mais concreto, como as iniciativas apresentadas no presente capítulo, é necessário reconhecer os esforços europeus para o mantimento de tudo o que já foi conquistado no aspecto de integração. Embora nem sempre as respostas tenham sido rápidas ou apresentando a eficiência necessária, a visão de uma União Europeia continua sendo algo possível, quiçá provável, para o futuro, ideia que talvez não fosse tão palpável nos piores momentos entre 2009 e 2011.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia teve por objeto principal estudar a crise da Zona do Euro e as iniciativas propostas pela União Europeia no sentido de sua superação. Para amparar essa proposta foram estipuladas três divisões ao trabalho, destacando suas principais contribuições à pesquisa como um todo.

O primeiro capítulo procurou descrever o processo de integração europeu, começando pelo ambiente de adversidades proporcionado pelos sangrentos conflitos do século XX, especialmente as duas Guerras Mundiais. Para que uma política de integração pudesse se desenvolver, séculos de empreitadas bélicas precisavam ser superados, e desse modo o continente poderia preservar a sua relevância política e econômica pelos anos vindouros.

Em seguida foi tratada a evolução da integração, passando pela criação da União Europeia, caracterizando os esforços de transferência da soberania de entidades Estatais para um organismo supranacional, e seguindo até o estabelecimento da União Econômica e Monetária, com a subsequente implementação do euro como moeda única.

A UEM teve um papel relevante na maneira com que a crise se disseminou pelo território europeu. A perda da capacidade individual para direcionar a política monetária ocasionou o benefício desigual aos seus países membros, o que já é motivo suficiente para descontentamento. O fim dos instrumentos cambiais individuais dificultou a manutenção da competitividade, potencializando o infortúnio europeu. Não obstante, se mostrou incapaz de coibir a irresponsabilidade demonstrada por alguns de seus integrantes, que ignoraram sumariamente as recomendações para tetos de dívida e déficit. Quando a situação encontrou seu ponto crítico, não houve cláusula de *no bail out* capaz de impedir a intervenção de instituições e Estados, que se utilizaram de imensos resgates para evitar maiores danos.

O segundo capítulo se concentrou na temática da crise financeira. Em princípio foram condensadas algumas características relevantes de globalização e capitalismo, procurando explicar a interdependência no âmbito financeiro, o que se demonstrou um fator essencial para a propagação dos choques pelo mundo. Adiante é abordada a estreita relação entre os Estados e o sistema financeiro, bem como o papel do endividamento para a promoção da atividade econômica.

Na sequência foram expostas as principais características da chamada crise do *subprime*, nos Estados Unidos, expondo as atitudes inconsequentes tanto do Estado quanto do

mercado, que fomentaram a situação negativa que se alastrou pelo mundo. Nesse ponto foi abordada a assimetria de informações entre partes de uma negociação, que contribuiu para a insegurança que envolve as transações de modo geral.

Essa condição se mostrou especialmente notável quando a crise chegou à Zona do Euro, proporcionando grande dificuldade aos governos endividados no sentido de captar divisas para honrar seus compromissos. Quando as agências de *rating* rebaixaram as notas dos países em piores condições, o mercado deixou de acreditar que estes teriam capacidade de pagamento. Desse modo, para conseguir os montantes necessários, os Estados precisavam se sujeitar a taxas exorbitantes de juros, que nada contribuía à sustentabilidade.

Na etapa seguinte houve a exposição das principais características da crise na Europa. A partir de 2009 diversos países passaram a apresentar déficits em níveis superiores às instruções de Maastricht, desde a mais frágil Grécia até a poderosa Alemanha. Embora apenas esse aspecto não fosse capaz de desencadear uma crise, era um claro desrespeito às regras da UEM.

Quando a dívida soberana também passou dos patamares determinados, inclusive com as anomalias apresentadas por Grécia e Itália, que deviam mais do que eram capazes de produzir, ainda assim não havia grandes preocupações envolvidas. A crise finalmente foi desencadeada a partir da perda de confiança do mercado, o que gerou o problema supracitado de altos juros, que por sua vez descapitou o refinanciamento de dívidas por parte dos Estados periféricos da União.

Uma vez que não era possível a captação de recursos, primeiramente a Grécia, seguida por Portugal, Irlanda e outros, passaram a ser vistos como propensos ao calote. Tal atitude não poderia ser encarada com naturalidade pela UEM, mais uma vez, a interdependência dos mercados faria com que os choques de uma insolvência fosse sentida por todo o continente, e até mesmo no âmbito global.

Com enormes investimentos alemães e franceses em jogo, e a atitude encontrada para contornar a situação foram os resgates. Uma série de planos de auxílio foram colocados em prática, exigindo em retorno severas medidas de austeridade. O lado “ruim” da integração passou a ser visível para as populações, que se viam pagando dívidas alheias ou reféns de influências além fronteira. Grandes protestos foram promovidos e resultados eleitorais foram direcionados de acordo com o descontentamento.

Quando as metas de austeridade não foram cumpridas e os resgates se demonstraram insuficientes, enfim houve a percepção de que planos mais elaborados eram necessários. O quadro

apresentado exigia maior integração, maiores esforços conjuntos para a proposição e prática de uma solução palpável. Afinal a crise exigiu que a UEM tomasse o próximo passo, com maior coesão entre seus membros, especialmente na elaboração de políticas.

O terceiro capítulo tratou da formulação dessas políticas, suas propriedades e a maneira com que poderiam auxiliar os países afetados. Os programas temporários de estabilização foram concebidos com o intuito de formalizar a busca pela estabilidade e a implementação de ações assistenciais no contexto financeiro. Tanto o Fundo Europeu de Estabilização Financeira quanto o Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira desempenharam grandes papéis nos primeiros anos de combate à crise, executando densos programas de assistência, porém nem sempre apresentaram os resultados esperados.

Posteriormente foi constatada a necessidade de um sistema perene de estabilização para os países da UEM. O Mecanismo Europeu de Estabilidade trouxe essa característica, e foi positivamente recebido pela comunidade europeia, apresentando resultados promissores, especialmente no caso da Espanha. É importante destacar que todos os países partícipes da União contribuem para o sistema, com cotas equivalentes às cedidas ao Banco Central Europeu.

Em seguida as políticas regionais e de coesão foram abordadas. Tais empreendimentos procuram ir além do combate a crise, adicionando a superação da desigualdade, o estímulo da integração e a dinamização das experiências ao seu arcabouço. As principais fundamentações dessa iniciativa dizem respeito ao direcionamento de recursos aos países que deles necessitam, a programação de gastos, a comunicação em várias esferas, e, por fim, a consonância, entre orçamentos nacionais e regionais.

Levantadas essas considerações, foi apresentado o programa Europa 2020, que dentre suas propostas sugeriu uma saída sustentável para a crise, através da melhora na gestão de recursos públicos, reforma do sistema financeiro, promoção de transparência e regulação, além de uma diminuição de riscos, para assim evitar a recorrência.

A estratégia também propôs o estabelecimento de oportunidades aos cidadãos da UE, a coesão territorial, especialmente no que tange o crescimento da inclusão, a oferta de empregos, a igualdade social e a utilização de energias renováveis. Seu objetivo é um substancial aprimoramento dos quadros regionais até o ano de 2020, ao que parte dos intentos estão consideravelmente encaminhados.

O restante do capítulo tratou do financiamento dessas políticas regionais e de eliminação de disparidades através dos Fundos Estruturais e de Coesão. A análise foi conduzida para a relação entre os recursos disponibilizados, o cumprimento dos objetivos do programa Europa 2020 e a superação da crise financeira.

A temática escolhida como objeto de pesquisa aqui desenvolvida é de grande importância para os estudos das Relações Internacionais contemporâneas, pois diz respeito ao futuro de um de seus maiores atores. A União Europeia, bem como a própria União Econômica e Monetária são partes de grande relevância econômica, política e cultural.

Quando a crise financeira deixou de ser um problema restrito aos Estados Unidos e transbordou para o restante do mundo, os choques que se viram no continente europeu causaram perplexidade em muitos observadores. Em um primeiro momento os países periféricos, especialmente a Grécia, foram retratados como vilões do projeto de integração, pois graças às atitudes irresponsáveis tomadas por esses países a União inteira se encontrava em uma péssima situação.

No entanto, após uma certa distanciação, o que se nota é uma série de falhas no próprio projeto de integração, que não foi capaz de providenciar as medidas necessárias para evitar manobras pouco saudáveis não apenas dos países de menor expressão, mas sim de todos os envolvidos. Essas brechas beneficiaram até mesmo Alemanha e França quando seus déficits ultrapassaram os limites propostos no começo dos anos 2000, sem que houvesse qualquer tipo de punição.

As iniciativas propostas pelas políticas regionais e de coesão confirmam a disposição europeia para lidar com as suas falhas e imperfeições, ao mesmo tempo em que promovem um aumento da confiança internacional nas intenções de aprimoramento da aproximação observada no continente. Para sobreviver e manter a sua magnitude, a Europa necessita de mais integração, e o que se nota são esforços que caminham para essa finalidade.

Embora exista uma enorme diversidade de fontes a respeito da UE e seus projetos, o desenvolvimento do presente estudo não se mostrou tarefa fácil. A maior dificuldade diz respeito à divergência de dados entre academia, imprensa e outros mecanismos, bem como justamente a necessidade de coletar informações através dessa enorme gama de origens. A solução escolhida foi a utilização em larga escala de referências disponíveis nos meios oficiais. Vale ressaltar a grande competência da União para coleta, armazenamento e disponibilização desses dados.

Outro fator a ser destacado é a impossibilidade de desenvolver prognósticos cientificamente acurados para a situação europeia. Qualquer tentativa de representar a realidade do continente no futuro não iria além da elaboração de opiniões e sugestões.

Cada um dos mecanismos mencionados, cada uma das políticas abordadas, e, claro, quaisquer empreendimentos que, porventura, não tenham sido mencionados, podem ser objeto de estudos mais detalhados, principalmente no tocante às influências dessas implementações para cada país da União Europeia. As novas perspectivas no âmbito de integração também aparecem como candidatas de grande significativa aos estudos das Relações Internacionais, especialmente no Brasil, onde esses tópicos não parecem ter encontrado, ainda, grande apreço por parte da comunidade acadêmica.

É importante também retomar a não pretensão do autor no sentido de esgotar a temática. Tanto a UE, quanto a UEM, a crise financeira ou os outros aspectos diversos que foram mencionados, com mais ou menos pormenores, possuem grande importância e relevância, podendo servir à exploração acadêmica por diversos anos. A presente monografia foi desenvolvida como uma tentativa de condensar parte do conhecimento disponível, facilitando assim a busca pelas iniciativas europeias contemporâneas de combate a crise na Zona do Euro.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRA. **Cohesion Fund**: country eligibility in 2014-2020. 2013. Disponível em: <<http://insideurope.eu/node/455>>. Acesso em: 28 out. 2013.

AMARAL, João Ferreira do. A crise e as instituições. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 22, 2009, p. 5-14. Disponível em: <[http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-91992009000200001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-91992009000200001&script=sci_arttext)>.

AMARAL, Luciano. Crises financeiras: história e actualidade. **Relações Internacionais**, n. 23, 2009, p. 119-138. Disponível em: <[http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-91992009000300009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-91992009000300009&script=sci_arttext)>.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

ARRIGHI, Giovanni. Towards a Theory of Capitalist Crisis. **New Left Review**, n. 111, set./out. 1978. Disponível em: <[http://soc.jhu.edu/arrighi/files/2012/08/2003\\_Arrighi\\_Towards\\_Theory\\_Captialist\\_Crisis.pdf](http://soc.jhu.edu/arrighi/files/2012/08/2003_Arrighi_Towards_Theory_Captialist_Crisis.pdf)>.

ASH, Timothy Garton. The crisis of Europe: How the union came together and why it's falling apart. **Foreign Affairs**, sep./out. 2012.

BACHE, Ian; GEORGE, Stephen; BULMER, Simon. **Politics in the European Union**. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2011.

BAE, Kee-Hong; BAILEY, Warren B. The Latin monetary union: some evidence on Europe's failed common currency. **Review of Development Finance**, v. 1, 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Depósitos Compulsórios: com informações até março de 2013**. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/FAQ%2012-Dep%C3%B3sitos%20Compuls%C3%B3rios.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2013.

BARBER, Tony. Greece vows action to cut budget deficit. **The Financial Times**, 10 out. 2009. Disponível em: <<http://www.ft.com/intl/cms/s/0/3e7e0e46-bd47-11de-9f6a-00144feab49a.html#axzz2iM3Ead54>>. Acesso em: 28 out. 2013.

BOARD OF GOVERNORS OF THE FEDERAL RESERVE SYSTEM. **Press release**: September 16, 2008. Disponível em: <<http://www.federalreserve.gov/newsevents/press/other/20080916a.htm>>. Acesso em: 28 out. 2013.

BRAGA, Henrique de Assunção. **O papel das agências de classificação de risco**: uma análise crítica. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade de Campinas. Campinas, 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Crise e recuperação da confiança. In: FILHO, Fernando Ferrari; DE PAULA, Luiz Fernando (Org.). **A crise financeira internacional: origens, desdobramentos e perspectivas**. São Paulo: Unesp, 2012, p. 9-12.

BUNDESMINISTERIUM DER FINANZEN. **European Financial Stability Facility (EFSF)**. Disponível em: <[http://www.bundesfinanzministerium.de/Content/EN/Standardartikel/Topics/Europe/Articles/Stabilising\\_the\\_euro/european-financial-stability-facility.html](http://www.bundesfinanzministerium.de/Content/EN/Standardartikel/Topics/Europe/Articles/Stabilising_the_euro/european-financial-stability-facility.html)>. Acesso em: 28 out. 2013.

BUNDESMINISTERIUM DER FINANZEN. **The European Stability Mechanism (ESM)**. Disponível em: <<http://www.bundesfinanzministerium.de/Content/EN/FAQ/2012-02-14-esm-faq.html>>. Acesso em: 28 out. 2013.

CANUTO, Otaviano; JÚNIOR, Reynaldo R. Ferreira. **Assimetrias de informação e ciclos econômicos: Stiglitz é keynesiano? Ensaios FEE**, Campinas, v. 20, n. 2, 1999.

CARVALHO, Fernando José Cardim de. Entendendo a recente crise financeira global. In: FILHO, Fernando Ferrari; DE PAULA, Luiz Fernando (Org.). **A crise financeira internacional: origens, desdobramentos e perspectivas**. São Paulo: Unesp, 2012. p. 21-28.

\_\_\_\_\_. A crise econômica internacional em 2010. Uma avaliação no meio do caminho. In: FILHO, Fernando Ferrari; PAULA, Luiz Fernando de (Org.). **A crise financeira internacional: origens, desdobramentos e perspectivas**. São Paulo: Unesp, 2012, p. 49-52.

CASTILHO, Auriluce Pereira; BORGES, Nara Rúbia Martins; PEREIRA, Vânia Tanús (Org.). **Manual de metodologia científica do Iles Itumbiara/GO**. Itumbiara: Iles/Ulbra, 2011.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron, 1996.

CIMENTI, Carolina. 'No Bailout' Clause? The EU's Greek Rescue Problems. **Consumer News and Business Channel**, 10 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.cnbc.com/id/35327584>>. Acesso em: 28 out. 2013.

CONSILIUM. **Eurogroup statement on Cyprus**. Disponível em: <[http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_data/docs/pressdata/en/ecofin/138731.pdf](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/ecofin/138731.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2013.

CONSILIUM. **Eurogroup statement on Spain**. Disponível em: <[http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_data/docs/pressdata/en/ecofin/130778.pdf](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/ecofin/130778.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2013.

CORRÊA, Vanessa Petrelli. Crescimento da dívida pública dos PIIGS e movimentos especulativos. In: FILHO, Fernando Ferrari; PAULA, Luiz Fernando de (Org.). **A crise financeira internacional: origens, desdobramentos e perspectivas**. São Paulo: Unesp, 2012, p. 79-83.



Croatia celebrates on joining EU. **The British Broadcast Corporation**, 1 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-europe-23118035>>. Acesso em: 28 out. 2013.

DIEZ DE VELASCO, Manuel. **Las organizaciones internacionales**. 14. ed. Madrid: Tecnos, 2006.

ENERGIE CITÉS. **How does the European Regional Development Fund finance energy efficiency and renewable investments in house sector in Bulgaria, Poland and Romania?** Disponível em: <[http://energy-cities.eu/IMG/pdf/ERDF\\_financing\\_EE\\_in\\_housing\\_sector\\_en.pdf](http://energy-cities.eu/IMG/pdf/ERDF_financing_EE_in_housing_sector_en.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2013.

EUROMOVE. **The EU's Structural and Cohesion Funds**. Disponível em: <<http://www.euromove.org.uk/index.php?id=13933>>. Acesso em: 28 out. 2013.

EUROPA. **A budget for Europe (2014-2020)**. Disponível em: <[http://europa.eu/legislation\\_summaries/budget/bu0001\\_en.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/budget/bu0001_en.htm)>. Acesso em: 28 out. 2013.

EUROPA. **Tratado de Maastricht sobre a União Europeia**. Disponível em: <[http://europa.eu/legislation\\_summaries/institutional\\_affairs/treaties/treaties\\_maastricht\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_maastricht_pt.htm)>. Acesso em: 28 out. 2013.

EUROPEAN CENTRAL BANK. **Economic and Monetary Union (EMU)**. Disponível em: <<http://www.ecb.europa.eu/ecb/history/emu/html/index.en.html>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

EUROPEAN COMMISSION. **Cohesion Fund 2014-2020 – proposed Regulation: Citizen's summary**. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docoffic/official/regulation/pdf/2014/proposals/summaries/cohesion/cohesion\\_summary\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/regulation/pdf/2014/proposals/summaries/cohesion/cohesion_summary_en.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2013.

EUROPEAN COMMISSION. **Cohesion Fund eligibility 2014-2020**. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/what/future/img/elig\\_1420\\_Mar12\\_CF\\_0810\\_A4P20\\_M.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/what/future/img/elig_1420_Mar12_CF_0810_A4P20_M.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2013.

EUROPEAN COMMISSION. **Cohesion Policy 2014-2020**. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/what/future/index\\_en.cfm](http://ec.europa.eu/regional_policy/what/future/index_en.cfm)>. Acesso em: 28 out. 2013.

EUROPEAN COMMISSION. **Cohesion Policy and the Europe 2020 strategy**. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/what/europe2020/index\\_en.cfm](http://ec.europa.eu/regional_policy/what/europe2020/index_en.cfm)>. Acesso em: 28 out. 2013.

EUROPEAN COMMISSION. **Commission Staff Working Document: Lisbon Strategy Evaluation Document**. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/archives/growthandjobs\\_2009/pdf/lisbon\\_strategy\\_evaluation\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/archives/growthandjobs_2009/pdf/lisbon_strategy_evaluation_en.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2013.

EUROPEAN COMMISSION. **Economic and Monetary Union**. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/economy\\_finance/euro/emu/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/economy_finance/euro/emu/index_en.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2013.

EUROPEAN COMMISSION. **European Financial Stabilisation Mechanism (EFSM).**

Disponível em: <[http://ec.europa.eu/economy\\_finance/eu\\_borrower/efsm/](http://ec.europa.eu/economy_finance/eu_borrower/efsm/)>. Acesso em: 28 out. 2013.

EUROPEAN COMMISSION. **European Regional Development Fund (ERDF) 2014-2020 – proposed Regulation:** Citizen's summary. Disponível em:

<[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docoffic/official/regulation/pdf/2014/proposals/summaries/erdf/erdf\\_summary\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/regulation/pdf/2014/proposals/summaries/erdf/erdf_summary_en.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2013.

EUROPEAN COMMISSION. **European Social Fund (ESF) 2014-2020 – proposed**

**Regulation:** Citizen's summary. Disponível em:

<[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docoffic/official/regulation/pdf/2014/proposals/summaries/esf/esf\\_summary\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/regulation/pdf/2014/proposals/summaries/esf/esf_summary_en.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2013.

EUROPEAN COMMISSION. **Intergovernmental support mechanisms.** Disponível em:

<[http://ec.europa.eu/economy\\_finance/assistance\\_eu\\_ms/intergovernmental\\_support/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/economy_finance/assistance_eu_ms/intergovernmental_support/index_en.htm)>. Acesso em: 28 out. 2013.

EUROPEAN COMMISSION. **Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council on specific provisions concerning the European Regional Development Fund and the Investment for growth and jobs goal and repealing Regulation (EC) No 1080/2006.**

Disponível em:

<[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docoffic/official/regulation/pdf/2014/proposals/regulation/erdf/erdf\\_proposal\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/regulation/pdf/2014/proposals/regulation/erdf/erdf_proposal_en.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2013.

EUROPEAN COMMISSION. **Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council on the European Social Fund and repealing Council Regulation (EC) No 1081/2006.** Disponível em:

<[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docoffic/official/regulation/pdf/2014/proposals/regulation/esf/esf\\_proposal\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/regulation/pdf/2014/proposals/regulation/esf/esf_proposal_en.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2013.

EUROPEAN COMMISSION. **Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council on the Cohesion Fund and repealing Council Regulation (EC) No 1084/2006.**

Disponível em:

<[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docoffic/official/regulation/pdf/2014/proposals/regulation/cohesion/cohesion\\_proposal\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/regulation/pdf/2014/proposals/regulation/cohesion/cohesion_proposal_en.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2013.

EUROPEAN COMMISSION. **Stability and growth pact.** Disponível em:

<[http://ec.europa.eu/economy\\_finance/economic\\_governance/sgp/](http://ec.europa.eu/economy_finance/economic_governance/sgp/)>. Acesso em: 28 out. 2013.

EUROPEAN COMMISSION. **Structural Funds (ERDF and ESF) eligibility 2014-2020.**

Disponível em: <[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/what/future/img/eligibility20142020.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/what/future/img/eligibility20142020.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2013.

EUROPEAN COMMISSION. **The Funds.** Disponível em:

<[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/thefunds/index\\_en.cfm](http://ec.europa.eu/regional_policy/thefunds/index_en.cfm)>. Acesso em: 28 out. 2013.

EUROPEAN COMMISSION. **What is regional policy?**: Financial crisis. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/what/crisis/index\\_en.cfm](http://ec.europa.eu/regional_policy/what/crisis/index_en.cfm)>. Acesso em: 28 out. 2013.

EUROPEAN FINANCIAL STABILITY FACILITY. **ESM becomes sole mechanism for new financial assistance programmes to euro area Member States**. Disponível em: <<http://www.efsf.europa.eu/about/esm-becomes-sole-mechanism-for-financial-assistance-to-euro-area-member-states>>. Acesso em: 28 out. 2013.

EUROPEAN FINANCIAL STABILITY FACILITY. **European Financial Stability Facility (EFSF)**. Disponível em: <<http://www.efsf.europa.eu/attachments/EFSF%20FAQ%202013-07-16.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2013.

EUROPEAN STABILITY MECHANISM. **Frequently Asked Questions on the European Stability Mechanism (ESM)**. Disponível em: <<http://www.esm.europa.eu/pdf/FAQ%20ESM%2021102013.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2013.

EUROSTAT. **Europe 2020 indicators**: Headline indicators. Disponível em: <[http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/europe\\_2020\\_indicators/headline\\_indicators](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/europe_2020_indicators/headline_indicators)>. Acesso em: 28 out. 2013.

EUROSTAT. **General government deficit/surplus**. Disponível em: <<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&language=en&pcode=tec00127&plugin=1>>. Acesso em: 28 out. 2013.

EUROSTAT. **General government gross debt**. Disponível em: <<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&language=en&pcode=tsdde410&plugin=1>>. Acesso em: 28 out. 2013.

EUROSTAT. **Real GDP growth rate – volume**. Disponível em: <<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&plugin=1&language=en&pcode=tec00115>>. Acesso em: 28 out. 2013.

EUROSTAT. **Unemployment rate by age group**. Disponível em: <<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&language=en&pcode=tsdec460&plugin=1>>. Acesso em: 28 out. 2013.

EUROSTAT. **Unemployment rate by sex**. Disponível em: <<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&language=en&pcode=tsdec450&plugin=1>>. Acesso em: 28 out. 2013.

Eurozone agrees €85bn deal for Ireland. **Raidió Teilifís Éireann**, 29 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.rte.ie/news/2010/1128/294894-economy/>>. Acesso em: 28 out. 2013.

EUROZONE PORTAL. **Eurogroup**. Disponível em: <<http://eurozone.europa.eu/eurogroup>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

FABBRINI, Sergio. **Intergovernmentalism and its outcomes**: the implications of the euro crisis on the European Union. Berkeley: University of California, 2012.  
<<http://eucenter.berkeley.edu/files/Fabbrini.17Feb2012.pdf>>.

FARHI, Maryse. Os dilemas da política econômica no “pós-crise”. In: CINTRA, Marcos Antonio Macedo; GOMES, Keiti da Rocha (Org.). **As transformações no sistema financeiro internacional**. v. 1. Brasília: Ipea, 2012.

FEDERAL RESERVE BANK OF SAN FRANCISCO. **Why did de Fed inject liquidity into the financial system in August 2007?** Disponível em:  
<<http://www.frbsf.org/education/publications/doctor-econ/2007/august/temporary-reserves-liquidity-injection>>. Acesso em: 28 out. 2013.

FURLAN, Fernando de Magalhães. A supranacionalidade no Mercosul. **Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC**, n. 15, jan./jun. 2010.

GEHRING, Thomas. Integrating integration theory: Neo-functionalism and international regimes. **Global Society**, Canterbury, v. 10, n. 3, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOVAN, Fiona. Spain’s lost generation: youth unemployment surges above 50 per cent. **The Telegraph**, 27 jan. 2012. Disponível em:  
<<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/spain/9044897/Spains-lost-generation-youth-unemployment-surges-above-50-per-cent.html>>. Acesso em: 28 out. 2013.

HAHN, Johannes. Regional policy is ‘key’ to exiting the EU’s economic crisis, says commissioner. **The Parliament**, 30 set. 2013. Disponível em:  
<<http://www.theparliament.com/latest-news/article/newsarticle/regional-policy-is-key-to-exiting-the-eus-economic-crisis-says-commissioner/#.Um7mMRAdh7x>>. Acesso em: 28 out. 2013.

HALL, Alan; WATERFIELD, Bruno. Angela Merkel’s party faces defeat in regional elections after Greek bailout. **The Telegraph**, 5 mai. 2010. Disponível em:  
<<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/germany/7682474/Angela-Merkels-party-faces-defeat-in-regional-elections-after-Greek-bailout.html>>. Acesso em: 28 out. 2013.

HALL, Allan. Majority of Germans think they would have been better off if they never made the switch to the Euro. **Daily Mail**, 17 set. 2012. Disponível em:  
<<http://www.dailymail.co.uk/news/article-2204548/German-Euro-Majority-population-think-better-switch.html>>. Acesso em: 28 out. 2013.

HALLER, Max. **European integration as an elite process**: The failure of a dream? New York: Routledge, 2008.

HERMANN, Jennifer. Da liberalização à crise financeira norte-americana: a morte anunciada chega ao paraíso. In: FILHO, Fernando Ferrari; DE PAULA, Luiz Fernando (Org.). **A crise**

**financeira internacional**: origens, desdobramentos e perspectivas. São Paulo: Unesp, 2012, p. 61-67.

HOBDEN, Stephen; JONES, Richard Wyn. Marxist theories of international relations. In: BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia. **The globalization of world politics**: An introduction to international relations. 4. ed. Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 225-239.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos impérios**: 1875-1914. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HODSON, Dermot. Managing the Euro: The European Central Bank. In: PETERSON, J.; SHACKLETON, M. **The Institutions of the European Union**. 3. ed. Oxford: Oxford University, Press, 2012, p. 199-218.

HOLMES, Steven A. Fannie Mae eases credit to aid mortgage lending. **The New York Times**, 30 set. 1990. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1999/09/30/business/fannie-mae-eases-credit-to-aid-mortgage-lending.html>>. Acesso em: 28 out. 2013.

INEQUALITY WATCH. **Inequality and Crisis in Europe**. Disponível em: <<http://www.inequalitywatch.eu/spip.php?article86>>. Acesso em: 28 out. 2013.

JACKSON, Robert; SØRENSEN, Georg. **Introdução às relações internacionais**: teorias e abordagens. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

KAPLAN, Marcos. La soberania estatal-nacional: retos e interrogantes. **Instituto de Investigaciones Jurídicas – Serie G. Estudios Doctrinales**, Ciudad de México, n. 161, 1994.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph, S. **Power and Interdependence**. 3. ed. New York: Longman, 2001.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, 2012.

KOBA, Mark. EFSF: CNBC Explains. **Consumer News and Business Channel**, 20 out. 2011. Disponível em: <<http://www.cnbc.com/id/44685464>>. Acesso em: 28 out. 2013.

LARSEN, Peter Thal; GILES, Chris. Bank of England to bail out Northern Rock. **The Financial Times**, 14 set. 2007. Disponível em: <[www.ft.com/intl/cms/s/0/c6de12c8-6258-11dc-bdf6-0000779fd2ac.html#axzz2h8ac7Uuw](http://www.ft.com/intl/cms/s/0/c6de12c8-6258-11dc-bdf6-0000779fd2ac.html#axzz2h8ac7Uuw)>. Acesso em: 28 out. 2013.

Lehman Bros files for bankruptcy. **The British Broadcast Corporation**, 16 set. 2008. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/7615931.stm>>. Acesso em: 28 out. 2013.

LIEBOWITZ, Stan J. Anatomy of a train wreck: causes of the mortgage meltdown. **Independent Policy Report**, 2008. Disponível em: <[http://www.independent.org/pdf/policy\\_reports/2008-10-03-trainwreck.pdf](http://www.independent.org/pdf/policy_reports/2008-10-03-trainwreck.pdf)>.

LIMA, Diego Biangolino Teixeira; MATHIAS, João Felipe Cury Marinho. Uma interpretação da crise *subprime* segundo a abordagem de Hyman Minsky. In: **II Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2009/59.pdf>>.

LIN, Justin Yifu; TREICHEL, Volker. **The crisis in the Eurozone**, jul. 2012. <<http://elibrary.worldbank.org/content/workingpaper/10.1596/1813-9450-6127>>.

MAGNUSSON, Lar; OTTOSSON, Jan. **The State, Regulation and the Economy: An Historical Perspective**. Cheltenham, UK and Northampton, MA: Edward Elgar, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MCORMICK, John. **Understanding the European Union: A Concise Introduction**. 3. ed. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. Crise e deflação de ativos: por quê? In: FILHO, Fernando Ferrari; DE PAULA, Luiz Fernando (Org.). **A crise financeira internacional: origens, desdobramentos e perspectivas**. São Paulo: Unesp, 2012, p. 13-16.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OLIVARES-CAMINAL, Rodrigo. The EU Architecture to Avert a Sovereign Debt Crisis. **OECD Journal: Financial Market Trends**, Paris, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://www.oecd.org/finance/financial-markets/49191980.pdf>>.

OREIRO, José Luis. A crise na Europa e os dilemas da Espanha. In: FILHO, Fernando Ferrari; DE PAULA, Luiz Fernando (Org.). **A crise financeira internacional: origens, desdobramentos e perspectivas**. São Paulo: Unesp, 2012, p. 95-100.

OVERTVELDT, Johan Van. **O fim do euro: a história da moeda da União Europeia e seu futuro incerto**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PAUL, Ron. **End the Fed**. New York: Grand Central Publishing, 2009.

PESTON, Robert. Is a Greek default so bad for Greece? **The British Broadcast Corporation**, 29 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/business-13956331>>. Acesso em: 28 out. 2013.

PORTAL DO INVESTIDOR. **O que é um Memorando de Entendimento**. Disponível em: <[http://www.portaldoinvestidor.gov.br/menu/Investidor\\_Estrangeiro/acordos\\_multilaterais/O\\_que\\_e\\_Memorando\\_Entendimento.html](http://www.portaldoinvestidor.gov.br/menu/Investidor_Estrangeiro/acordos_multilaterais/O_que_e_Memorando_Entendimento.html)>. Acesso em: 28 out. 2013.

Portugal reaches deal on EU and IMF bail-out. **The British Broadcast Corporation**, 4 mai. 2011. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/business-13275470>>. Acesso em: 28 out. 2013.

PUCHALA, Donald J. Institutionalism, Intergovernmentalism and European Integration: A Review Article. **Journal of Common Market Studies**, Oxford, v. 37. n. 2, 1999. Disponível em: <<http://www.princeton.edu/~amoravcs/library/puchala.pdf>>.

PUPLAVA, Chris. **The great moderation is dead, revisited**. Disponível em: <<http://www.financialsense.com/contributors/chris-puplava/the-great-moderation-is-dead-revisited>>. Acesso em: 28 out. 2013.

QUILTY-HARPER, Conrad. Graphic: How exchange rates could collapse after a Euro break-up. **The Telegraph**, 16 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/finance/financialcrisis/8960332/Graphic-How-exchange-rates-could-collapse-after-a-Euro-break-up.html>>. Acesso em: 28 out. 2013.

ROWLEY, Emma. The European Financial Stability Facility: Q&A. **The Telegraph**, 22 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/finance/financialcrisis/8653439/The-European-Financial-Stability-Facility-QandA.html>>. Acesso em: 28 out. 2013.

SCHARPF, Fritz W. The asymmetry of European integration or why the EU cannot be a “Social Market Economy”. **Working Paper KFG**, Berlin, n. 6, 2009. Disponível em: <[http://userpage.fu-berlin.de/kfgeu/kfgwp/wpseries/WorkingPaperKFG\\_6.pdf](http://userpage.fu-berlin.de/kfgeu/kfgwp/wpseries/WorkingPaperKFG_6.pdf)>.

SCHMITTER, Philippe C. A experiência da integração europeia e seu potencial para a integração regional. **Lua Nova**, São Paulo, n. 80, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n80/02.pdf>>.

SCHOLTES, Saskia. Fannie and Freddie drive home loans. **The Financial Times**, 2 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.ft.com/intl/cms/s/0/65e8ab08-00dd-11dd-a0c5-000077b07658.html#axzz2iM3Ead54>>. Acesso em: 28 out. 2013.

SCOTT, Bruce R. The political economy of capitalism. **Harvard Business School Working Paper**, n.07-037, 2006. <<http://www.hbs.edu/faculty/Publication%20Files/07-037.pdf>>.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SIKORSKI, Radoslaw. **Entrevista concedida a SPIEGEL**. 16 de maio de 2012. Disponível em: <<http://www.spiegel.de/international/europe/poland-s-foreign-minister-explains-why-his-country-wants-to-join-euro-zone-a-833045.html>>. Acesso em: 28 out. 2013.

SILVA, Karine de Souza. Organizações Internacionais de Integração Regional: abordagens teórico-conceituais. In: \_\_\_\_\_; COSTA, Rogério Santos da. **Organizações internacionais de**

**integração regional:** União Europeia, Mercosul e Unasul. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013, p. 13-51.

\_\_\_\_\_. União Europeia: antecedentes e evolução histórica. In: \_\_\_\_\_. COSTA, Rogério Santos da. **Organizações internacionais de integração regional:** União Europeia, Mercosul e Unasul. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013, p. 53-118.

SILVA, Luiz Marcos de Oliveira; DE MATTOS, Fernando Augusto Mansor. Welfare State e emprego em saúde nos países avançados desde o pós-Segunda Guerra Mundial. **Revista de Economia Política**, v. 29, n. 3, 2009. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572009000300008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572009000300008&script=sci_arttext)>.

SIMON, Herbert A. The Architecture of Complexity. **Proceedings of the American Philosophical Society**, Philadelphia, v. 106, n. 6, 1962. Disponível em:

<<http://www.jstor.org/discover/10.2307/985254?uid=37336&uid=3737664&uid=37334&uid=5909624&uid=2&uid=3&uid=67&uid=62&sid=21102807288133>>.

SMITH, Helena; SEAGER, Ashley. Financial markets tumble after Fitch downgrades Greece's credit rating. **The Guardian**, 8 dez. 2009. Disponível em:

<<http://www.theguardian.com/world/2009/dec/08/greece-credit-rating-lowest-eurozone>>. Acesso em: 28 out. 2013.

SOARES, António Goucha. Que farei com este euro? Cogitações inconfessáveis de uma governante. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 33, 2012. Disponível em:

<[http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-91992012000100003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-91992012000100003&script=sci_arttext)>.

STAAB, Andreas. **The European Union Explained**. Indianapolis: Indiana University Press, 2008.

STRUPCZEWSKI, Jan. Greece's third bailout decision for November. **The Financial Post**, 5. set. 2013. Disponível em: <<http://business.financialpost.com/2013/09/05/greeces-third-bailout-decision-set-for-november/>>. Acesso em: 28 out. 2013.

Sweden and the euro: out and happy. **The Economist**, 3 dez. 2011. Disponível em:

<<http://www.economist.com/node/21541032>>. Acesso em: 28 out. 2013.

TALIA, Krim. The decline and fall of the Scandinavian currency union 1914-1924: events in the aftermath of World War I. **Working Paper Series in Economics and Finance**, Stockholm, n. 609, 2004.

TESOURO NACIONAL. **O que são títulos públicos?** Disponível em:

<<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/o-que-sao-titulos-publicos>>. Acesso em: 28 out. 2013.



The origins of the financial crisis: crash course. **The Economist**, 7 set. 2013. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/schoolsbrief/21584534-effects-financial-crisis-are-still-being-felt-five-years-article>>. Acesso em: 28 out. 2013.

Three dead as Greece protest turns violent. **The British Broadcast Corporation**, 5 mai. 2010. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/8661385.stm>>. Acesso em: 28 out. 2013.

TOLEDO, Marcelo Gaspari Cirne de. **Evidência de moral hazard nos empréstimos do FMI: o caso da crise da Argentina**. Dissertação (Mestrado em Economia). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

TREANOR, Jill. Credit crunch pinpointed to 9 August 2007 – the day the world changed. **The Guardian**, 1 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/business/2011/dec/01/credit-crunch-pinpointed-august-2007>>. Acesso em: 28 out. 2013.

VERDUN, Amy. Economic and Monetary Union. In: CINI, Michelle; BORRAGÁN, Nieves Pérez-Solórzano. **European Union Politics**. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2010, p. 324-339.

VITORINO, António. O que a crise esconde. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 33, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-91992012000100001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-91992012000100001&script=sci_arttext)>.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

WIKIPEDIA. **Template: Supranational European Bodies**. Disponível em: <[http://en.wikipedia.org/wiki/Template:Supranational\\_European\\_Bodies](http://en.wikipedia.org/wiki/Template:Supranational_European_Bodies)>. Acesso em: 01 out. 2013.

XYDIAS, Alexis; NAZARETH, Rita; THOMASSON, Lynn. Swine acronym ordered out of Barclays Capital Reports. **Bloomberg**, 5 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/apps/news?pid=newsarchive&sid=a.eowWPTrbNI>>. Acesso em: 28 out. 2013.

Zona do Euro dá sinal verde para Mecanismo Europeu de Estabilidade. **Deutsche Welle**, 8 out. 2012. Disponível em: <<http://www.dw.de/zona-do-euro-d%C3%A1-sinal-verde-para-mecanismo-europeu-de-estabilidade/a-16293060>>. Acesso em: 28 out. 2013.

ZULEEG, Fabian; RODRIGUES, Maria João. Implementation of Europe 2020: Time to Act. **Think Global – Time to Act (TGAE)**, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.notre-europe.eu/media/tgae20111czuleegrodrigues.pdf?pdf=ok>>.